

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC**

**CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA CAROLINA DIAS DA SILVA**

**A CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UM  
ESTUDO DE CASO NA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO EDUCACIONAL  
INFANTIL EM CRICIÚMA-SC.**

**CRICIÚMA**

**2015**

**ANA CAROLINA DIAS DA SILVA**

**A CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UM  
ESTUDO DE CASO NA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO EDUCACIONAL  
INFANTIL EM CRICIÚMA-SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado  
para obtenção do grau de bacharel no curso de  
Ciências Contábeis da Universidade do  
Extremo Sul Catarinense, UNESC.

Orientador: Prof. Esp. Everton Perin

**CRICIÚMA**

**2015**

**ANA CAROLINA DIAS DA SILVA**

**A CONTABILIDADE NAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS: UM  
ESTUDO DE CASO NA IMPLANTAÇÃO DE UM CENTRO EDUCACIONAL  
INFANTIL EM CRICIÚMA-SC.**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado  
pela Banca Examinadora para obtenção do  
Grau de bacharel no Curso de Ciências  
Contábeis da Universidade do Extremo Sul  
Catarinense, UNESC, com Linha de Pesquisa  
em Contabilidade Social.

Criciúma, 01 de Julho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Everton Perin - Especialista - (UNESC) – Orientador

---

Prof. Jonas Scremin Brolese - Especialista - (UNESC) - Examinador

**Dedico este trabalho a Deus, Autor e Consumador da minha vida e a minha mãe, Rosimere Dias, meu grande amor e minha inspiração.**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por seu amor e inesgotável graça que me faz conquistar muito além dos meus sonhos. Por ser meu alicerce, meu conselheiro e minha rocha inabalável.

Aos meus pais que não medem esforços para me ver alcançar meus planos. Meus maiores incentivadores, aqueles que me dão suporte a todo tempo. Pela educação, estrutura, apoio e cuidado empregado ao longo de toda minha vida.

As minhas amigas, que no decorrer dessa caminhada têm me acompanhado e se feito presente em todo tempo. Presentes de Deus para acrescentar em minha vida, moldar meu caráter e demonstrar o amor e cuidado d'Ele para comigo.

A esta universidade, seu corpo docente, coordenação e todos envolvidos no Curso de Ciências Contábeis, por ao longo dessa trajetória executarem seu papel com excelência, se fazendo mais que mestres e sim família.

Agradeço ainda ao meu orientador Prof. Esp. Everton Perin, por me auxiliar em todos os momentos, dando a direção para esta grande conquista.

Por fim, a equipe do Projeto Renascer, que durante esses 04 anos que faço parte do ministério, sonham e trabalham ao meu lado pela mudança na perspectiva de vida para a comunidade do Bairro Renascer. Acreditando que podemos contribuir para a nossa sociedade e idealizando a construção do Centro Educacional Ser Luz, objeto de estudo deste trabalho.

**“Compartilhar o torna mais do que você é.  
Quanto mais você der para o mundo, mais a  
vida poderá retribuir.”**

**Jim Rohn**

## RESUMO

A sociedade é estruturada em três grandes setores econômicos elencados em Primeiro, Segundo e Terceiro Setor. Visando conferir um melhor entendimento do Terceiro Setor quanto a área de atuação, funções e contribuição para com a sociedade, foi desenvolvido o presente trabalho. Este estudo abordou inicialmente o surgimento do setor econômico no Brasil. Em seguida, explanou-se sobre as organizações não governamentais e suas particularidades. Analisou-se a forma de contabilização de suas atividades, bem como o sistema tributário, a fonte de recursos e a prestação de contas. Constituiu-se no estudo de caso na implantação de um Centro Educacional Infantil em um bairro de vulnerabilidade social na cidade de Criciúma/SC. Através da abordagem prática objetivou-se demonstrar a contribuição da contabilidade na gestão das organizações para obtenção de recursos e prestação de contas, comprovando seu papel quanto ciência social. Para tanto, por meio de premissas e orçamentos, estimou-se os custos referentes à fundação e manutenção das atividades, estruturando a contabilidade conforme as normas e regime legal vigente. Por meio das projeções de custos tornou-se possível a estruturação da demonstração do resultado econômico, levantando o valor necessário a ser recebido por meio de doações para o fomento das atividades. Visto isso, evidencia-se o papel da contabilidade para gerir as informações, formulando relatórios dos quais conferem maior transparência na divulgação dessas.

**Palavras-chave:** Organizações não governamentais. Terceiro Setor. Prestação de contas. Captação de recursos.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Demonstrativo de interação entre os três setores.....	17
Figura 2 - Objetos sociais para qualificação de OSC .....	20
Figura 3 – Norma aplicada as entidades do terceiro setor .....	23
Figura 4 - Regiões de vulnerabilidade social em Criciúma.....	37
Figura 5 - Sugestão de <i>layout</i> (sujeito a alterações) .....	41
Figura 6 - Despesas com material de uso e consumo projetadas.....	45
Figura 7 - Despesas com material de expediente projetadas.....	45
Figura 8- Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos .....	51



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de óbitos por causas violentas em Criciúma 2005 – 2014 .....	37
Tabela 2 - Orçamento construção .....	42
Tabela 3 - Orçamento imobilizado.....	43
Tabela 4 - Despesas com luz, água e telefone .....	44
Tabela 5 - Despesas e encargos com pessoal.....	46
Tabela 6 - Cálculo de férias.....	47
Tabela 7 - Despesas com alimentação crianças .....	48
Tabela 8 - Despesas com alimentação funcionários .....	49
Tabela 9 - Depreciação bens ativo imobilizado .....	50

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Crianças e professores por sala de atividade .....	39
Quadro 2 - Refeições e respectivos horários .....	40

## **LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Variação CUB - SC 2015.....	43
---	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ART	Artigo
CEI	Centro Educacional Infantil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Práticas Contábeis
CRAS	Centros de Referência de Assistência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
NBC	Normas Brasileiras de Contabilidade
ONG	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
1.1 TEMA E PROBLEMA .....	13
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA .....	14
<b>2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>16</b>
2.1 SETORES DA ECONOMIA NO BRASIL.....	16
<b>2.1.1 TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>16</b>
2.2 ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL.....	19
<b>2.2.1 Organização da Sociedade Civil .....</b>	<b>19</b>
2.3 A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR .....	22
<b>2.3.1 Demonstrações Contábeis .....</b>	<b>25</b>
2.4 SISTEMA TRIBUTÁRIO NO TERCEIRO SETOR.....	27
<b>2.4.1 Requisitos para imunidade.....</b>	<b>29</b>
2.5 CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS .....	29
2.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS .....	31
<b>3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....</b>	<b>33</b>
3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	33
3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	34
<b>4 ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>35</b>
4.1 HISTÓRIA .....	35
4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO .....	35
<b>4.2.1 Missão .....</b>	<b>36</b>
<b>4.2.2 Visão.....</b>	<b>36</b>
4.3 IMPORTÂNCIA DO NEGÓCIO .....	36
4.4 SERVIÇO .....	38
<b>4.4.1 Público Alvo.....</b>	<b>39</b>
<b>4.4.2 Principais Atividades .....</b>	<b>40</b>
4.5 ESTRUTURA FÍSICA .....	40
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>53</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>55</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>58</b>
ANEXO A – INFRAESTRUTURA CENTRO EDUCACIONAL SER LUZ.....	59

ANEXO B – ORIENTAÇÕES PARA ALIMENTAÇÃO DAS CRIANÇAS APÓS OS 6 MESES.....	60
ANEXO C – CARDÁPIO CRIANÇAS 6 A 10 MESES (BERÇÁRIO) .....	61
ANEXO D – CARDÁPIO CRIANÇAS 10 A 12 MESES (BERÇÁRIO) .....	62
ANEXO E – ESTRUTURA DAS REFEIÇÕES DO BERÇÁRIO.....	63
ANEXO F - CARDÁPIO CRIANÇAS DE 1 A 6 ANOS.....	64
ANEXO G – COTAÇÃO DE PREÇOS MATERIAL DE EXPEDIENTE.....	65
ANEXO H – ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO CEI SER LUZ.....	66

## 1. INTRODUÇÃO

Delimitando o elemento de estudo do presente trabalho, este capítulo abordará o tema e problema de análise, evidenciando o objetivo da pesquisa, bem como sua justificativa de relevância e contribuição social.

### 1.1 TEMA E PROBLEMA

A desigualdade é um problema de ordem mundial que vem trazendo reflexos na sociedade desde a sua criação. Relaciona-se a exclusão de certo grupo ou indivíduo, podendo esta ocorrer conforme sua classe, raça, gênero. Devido à forma de colonização do Brasil, desde o início da civilização enxertou-se uma cultura baseada na exploração e exclusão, costume esse que se enraizou nas gerações futuras trazendo até a atualidade indícios e formas variadas de preconceito, tomando grande proporção no cenário atual.

Com a finalidade de erradicar as limitações sociais conforme suas particularidades, surgiram as organizações que compõe o Terceiro Setor da economia. Instituições sem fins lucrativos, que buscam atender as necessidades da sociedade, obtendo seus recursos por meio de financiamento dos governos, empresas privadas e doações.

As organizações não governamentais, bem como as empresas privadas que possuam interesse em angariar fundos para as entidades do terceiro setor, podem receber benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público e outorgados por meio de lei. Entretanto, para se enquadrarem como beneficiárias são necessárias algumas adequações quanto às práticas contábeis.

A contabilidade das organizações do terceiro setor deve atender os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade. Por tratar-se de incentivos fiscais as informações devem ser evidenciadas de forma clara e coerente, refletindo a realidade da organização, podendo esta ser submetida a fiscalizações a fim de comprovar a veracidade das demonstrações apresentadas.

Diante disso expõe-se o seguinte questionamento: De que forma a contabilidade aplicada ao Terceiro Setor pode contribuir na gestão de um Centro Educacional Infantil localizado em Criciúma-SC?

## 1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo geral da pesquisa consiste em verificar de que forma as práticas contábeis nas organizações não governamentais contribuem na gestão de um Centro Educacional Infantil, verificando as adequações necessárias para que estas usufruam dos benefícios fiscais concedidos.

Para atender o objetivo geral apresentam-se os objetivos específicos:

- a) Identificar as normas contábeis e Leis que regem a contabilidade do Terceiro Setor;
- b) Analisar as práticas contábeis das organizações não governamentais;
- c) Demonstrar de que forma a contabilidade auxilia na gestão de um Centro Educacional Infantil para obtenção de recursos, comprovando sua função desempenhada quanto ciência social;

## 1.3 JUSTIFICATIVA

O sistema econômico-social divide-se em escala através dos setores. Os órgãos públicos, ligados ao Governo e Estado, compõem o primeiro setor e possuem a incumbência de administrar os bens públicos em prol da sociedade. As empresas privadas enquadram-se no segundo setor, estas têm finalidade de lucro e giram a economia do país. O terceiro setor, por sua vez, caracteriza-se por sociedades privadas sem fins lucrativos, das quais buscam alcançar e atender as deficiências da sociedade nas mais diversas áreas.

As organizações não governamentais executam um trabalho que vem trazendo reflexos na sociedade. Por meio de projetos, atendem as áreas onde o Governo é ineficiente, prestando assistência quanto à saúde, educação, lazer, profissionalização, desenvolvimento de pessoas. Dessa forma, alcançam áreas de problemas públicos, buscando estagnar seu acelerado crescimento e trazer uma nova perspectiva aos menos favorecidos.

A relevância do tema é diretamente relacionada à sua área de abordagem. Grande parcela da sociedade vive seus dias sem a expectativa de mudança e melhoria na qualidade de vida. O foco principal dessas organizações é atender as necessidades deste grupo de pessoas trazendo uma nova perspectiva de vida, da qual trabalhada em conjunto com medidas de educação, transformação da



realidade que os cercam e profissionalização é capaz de modificar o cenário da desigualdade social no país.

A contabilidade é uma ciência fundamentada na sociedade da qual busca estruturar o capital de uma organização através da adoção de práticas previstas em lei. Sendo assim, abrange um leque de funcionalidades, alcançando os mais diversos setores. Cada setor possui suas características, entre elas o regime de tributação, a estruturação das demonstrações contábeis, as declarações a serem enviadas ao fisco, entre outras. Visto isso, a contabilidade possui variadas ramificações das quais atendem cada área de atuação.

O terceiro setor, por ser composto por organizações sem fins lucrativos, possui características ímpares. Sua contabilidade deve ser fundamentada em lei e as demonstrações apresentadas de forma clara e condizente com a realidade, a fim de receber os benefícios fiscais previstos, bem como angariar recursos para execução de seus projetos.

Constatando a necessidade da unificação das informações por meio de diretrizes para sua aplicabilidade, o Conselho Federal de Contabilidade - CFC aprovou no ano de 2000, a NBC T 10.19, norma que contempla a metodologia das demonstrações contábeis nessas entidades e em 2003 lançou o Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social, um guia de instrução das normas na prática.

Pretendendo-se conferir melhor entendimento das partes relacionadas quanto às técnicas que devem ser adotadas por essas organizações, a pesquisa explana os métodos de contabilização, baseado em leis e normas.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo busca-se fundamentar o tema, por meio de estudos elaborados por autores da área, baseando-se em conceitos analisados por estes que evidenciam a contabilidade aplicada ao terceiro setor como forma de prestação de contas e captação de recursos.

### **2.1 SETORES DA ECONOMIA NO BRASIL**

A situação econômica do país permite a visualização do nível de desenvolvimento deste. É por meio dos diversos índices que o país demonstra seu cenário econômico atual. A economia no Brasil foi estruturada em setores, conforme seu ramo de atuação e interesse. Por meio de nomenclaturas, estabeleceu-se a hierarquia dos setores, dos quais subdividiu-se em Primeiro Setor, setor público composto pelo Estado, Segundo Setor representando o mercado com as organizações privadas que objetivam o lucro e giram a economia e Terceiro Setor trazendo as organizações não governamentais. (MACHADO, 2009).

#### **2.1.1 Terceiro Setor**

O Terceiro Setor é composto por organizações que não objetivam o lucro, sendo o propósito primordial dessas atenderem a sociedade em suas carências. Possuem algumas particularidades em relação aos outros setores da economia, das quais serão abordadas a seguir.

Conforme a Constituição Federal do Brasil (1988) no artigo 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”. Embasados nisso, as organizações do Terceiro Setor, visam o cumprimento do direito à igualdade conferida em lei a todos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.

Segundo Oliveira e Romão (2006) o Terceiro Setor agrupa as finalidades do Primeiro Setor com a metodologia do Segundo, uma vez que, visa benefícios coletivos e possui natureza privada, entretanto não integra o governo e não objetiva o lucro. As organizações que trabalham de forma efetiva na ação social tornam-se aliadas do Estado auxiliando em suas ineficiências.

O fluxograma a seguir demonstra a interligação entre os setores da economia:

Figura 1 - Demonstrativo de interação entre os três setores



Fonte: Machado, 2009.

Conforme Souza (2004, p. 96) “o terceiro setor é toda ação sem intuito lucrativo, praticada por pessoa física ou jurídica de natureza privada, com expressão da participação popular, que tenha por finalidade a promoção de um direito social ou seus princípios”.

Uma parcela dos dirigentes do Terceiro Setor deriva do setor público ou privado. O setor privado procura a perspectiva de economia, números, desempenho e lucro, em contrapartida à cultura do servidor público tende a pender para a política, serviço público e seus reflexos, dessa forma se faz necessária a adequação desses profissionais quanto os seus costumes e práticas, sendo que em muitos casos ocorrem choques pela diferença entre setores. (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

O aspecto que norteia as características do terceiro setor é a caridade, palavra derivada do latim *caritas*, de significado amor ao próximo ou generosidade aos menos favorecidos. Esse aspecto o diferencia dos demais setores, visto que todo trabalho relacionado a este segmento não visa benefício próprio, embora a satisfação do doador reverte-se como forma de recompensa ao mesmo.

Por meio da mídia tornou-se conhecida a caridade do povo brasileiro visto que está sempre pronto a atender as causas sociais. Entretanto, quando o problema toma proporções menores enfraquece-se aos poucos ao ponto de tornar-se indiferente, demonstrando a instabilidade da cultura comunitária. Fato esse que segundo Rodrigues (1998) pode ser traduzido pela forma de colonização do Brasil, onde os motivos eram meramente individuais, baseados na conquista do lucro pela exploração de uma terra nova a fim de enriquecer a metrópole.

O período da colonização justifica em grande parte a desenvoltura do terceiro setor. Na época em questão a metrópole não contava com estrutura suficiente para arcar com as questões sociais da colônia, bem como a Igreja Católica preocupava-se basicamente com a conversão dos novos fiéis no continente recém-descoberto. (RODRIGUES, 1998).

Com a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida nos anos 90, houve uma mudança no cenário do país, reascendeu a consciência da solidariedade, da qual foi revertida em trabalho voluntário, deixando este de esperar por ações estruturais que não cabem ao cidadão à resolução, passando a investir no imediato, resolvendo as questões emergenciais e pressionando o Estado a formular políticas públicas. (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

O Terceiro Setor constitui-se de associações, fundações e institutos; com vertente social ou não. As associações derivam da união de pessoas com os mesmos ideais e sem finalidade de lucro. Já as fundações podem ser instituídas por uma só pessoa, constituída pela reunião de bens destinados ao propósito delegado de forma clara e específica, sendo um patrimônio de bem comum; pode ser criada pelo Estado tomando personalidade jurídica de direito público ou por indivíduos e empresas, assumindo natureza de direito privado. Os institutos podem ser organizações governamentais ou privadas, lucrativas ou sem fins lucrativos, constituído como fundação ou associação, geralmente voltada para pesquisa científica ou fins filantrópicos. (SZAZI, 2006).

Dentre as diversas nomenclaturas das organizações que compõe o Terceiro Setor, a característica que as norteiam é a natureza privada com finalidade pública, caracterizando-as assim como Organizações Não Governamentais - ONGs.

## 2.2 ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL

As ONGs surgiram por volta dos anos 70 e 80, denominadas como entidades civis sem fins lucrativos de direito privado, que realizam trabalhos em benefício de uma coletividade, conforme a Ata de Constituição da Organização das Nações Unidas - ONU.

Associadas ao processo do movimento cidades saudáveis, estas organizações por inúmeras vezes expiram o sucesso da sua ideia central. Mesmo em um cenário de descrédito da instituição pública, as ONGs remetem julgamento da sociedade a causas nobres, porém costumam ser utilizadas como forma de rápida obtenção de recursos, nem sempre para finalidades legais. (MALIK,1997).

As ONGs e os Estados podem aliar-se fundamentados pelo mesmo propósito, buscando auxiliar o meio social em sua respectiva área de atuação independente de questões políticas, mas a favor da sociedade. Ambos têm possibilidade de benefícios, tornando esse processo de certa forma uma negociação, onde as ONGs têm a oportunidade de ampliar sua área de atuação causando influências sobre políticas públicas e os Estados podem utilizar as ONGs como estratégia de terceirização para aplicar suas políticas sociais. (CKAGNAZAROFF; SOUZA, 2003).

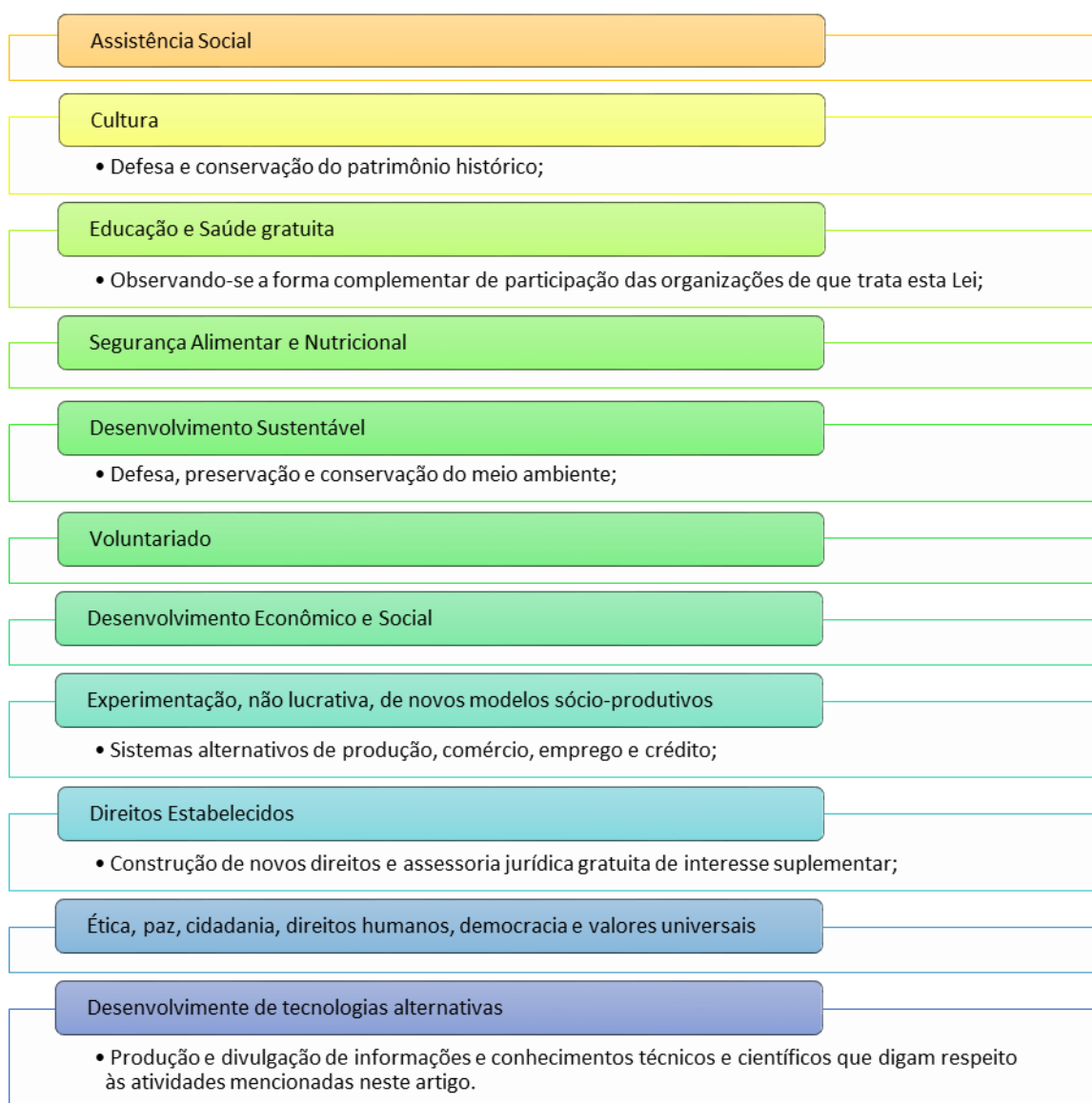
As organizações não governamentais podem buscar pelo certificado que comprove sua qualidade de Organização da Sociedade Civil – OSC fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil desde que cumprido os requisitos estabelecidos.

### 2.2.1 Organização da Sociedade Civil

As Organizações da Sociedade Civil são pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que obtém o certificado disponibilizado pelo poder público federal a fim de estreitar as parcerias e convênios destas com o governo, órgãos públicos e empresas privadas, viabilizando diversos benefícios legais.

Define-se sem fins lucrativos as organizações que não distribuem eventuais excedentes operacionais, aplicando o superávit do exercício integralmente na atividade estabelecida conforme o objeto social. (BRASIL, Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, art. 1, § 1).

Figura 2 - Objetos sociais para qualificação de OSC



Fonte: Adaptada pela autora, 2015.

As organizações que desejam obter a qualificação de OSC devem encaminhar formulário escrito e um dossiê composto pelas cópias autenticadas do estatuto registrado em cartório, ata de eleição de sua atual diretoria, balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício, declaração de isenção do imposto de renda e inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes para o Ministério

da Justiça. Ao prazo de 30 (trinta) dias o Ministério comunica o deferimento ou não do pedido, acrescentando que ao ser deferido em 15 (quinze) dias após a decisão o Ministério emitirá o certificado e no caso de indeferimento dar-se-á conhecimento da decisão mediante publicação no Diário Oficial no mesmo prazo supracitado. (BRASIL, Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, art. 5 e 6).

Adiciona-se que o certificado poderá ser perdido por meio de decisão enunciada via processo administrativo ou judicial, de parte popular ou do Ministério Público, portando comprovação de erro ou fraude. (BRASIL, Lei nº. 9.790 de 23 de março de 1999, art. 7).

#### 2.2.1.1 Termo de Parcerias

A Lei nº. 13.019 de 31 de Julho de 2014 regulamenta as parcerias voluntárias firmadas pela administração pública com as organizações da sociedade civil.

Art. 1 Esta Lei institui normas gerais para as parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, estabelecidas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com as organizações da sociedade civil; e institui o termo de colaboração e o termo de fomento. (BRASIL, 2014).

As parcerias são acordos previstos na lei para realização de atividades de interesse das duas partes em regime de mútua cooperação. São formalizadas por termo de colaboração ou fomento por meio de chamamento público, do qual assegura o cumprimento dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. (BRASIL, Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, art. 2).

É vedada a celebração de Termo de Parceria com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

- I – omissão no dever de prestar contas;
- II – descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;
- III – desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

IV – ocorrência de dano ao Erário; ou  
V – prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria. (BRASIL, Decreto nº 7.568 de 16 de abril de 2011).

A lei garante benefícios a OSC, entretanto é necessário que esta se enquadre nos requisitos assim estabelecidos para deferimento da qualificação. Dessa forma, a contabilidade assegura que as informações sejam dispostas de forma real, disponibilizando o controle das Receitas e Despesas, auferindo o resultado.

### 2.3 A CONTABILIDADE NO TERCEIRO SETOR

A contabilidade é a ciência social que estuda o patrimônio das entidades delimitando métodos e ferramentas de registros. É primordial para manutenção das atividades de uma organização, sendo que registra os fatos demonstrando a situação patrimonial da empresa, tornando-a dessa forma sólida e forte no mercado. Cada organização possui suas particularidades com relação à contabilidade variando de acordo com a sua atividade, regime de tributação, contribuição.

O terceiro setor é composto por aproximadamente 12 (doze) milhões de pessoas, sendo gestores, voluntários, doadores e beneficiados. Somados ainda aos 45 (quarenta e cinco) milhões de jovens que acreditam serem incumbidos de prestar auxílios as causas defendidas pelo mesmo. Visto isso, constata-se o progressivo crescimento do setor no Brasil, fato esse que destina o aperfeiçoamento nas obrigações contábeis e fiscais, uma vez que, as organizações do Terceiro Setor, diversas vezes encontram dificuldades em angariar recursos pela falta de transparências na demonstração de suas informações, tornando o profissional contábil o agente competente a preencher essa brecha. (SILVA, 2014).

Organizações sem fins lucrativos que detenham ou pretendam obter qualificações tais como o título de utilidade pública, o certificado de entidade filantrópica, devem atender ao princípio de publicidade, e assim publicar periodicamente suas contas e seu balanço, além de manter atualizados seus livros em consonância com as normas de contabilidade e a legislação fiscal vigente. (Mckinsey & Company, 2001, p. 117).

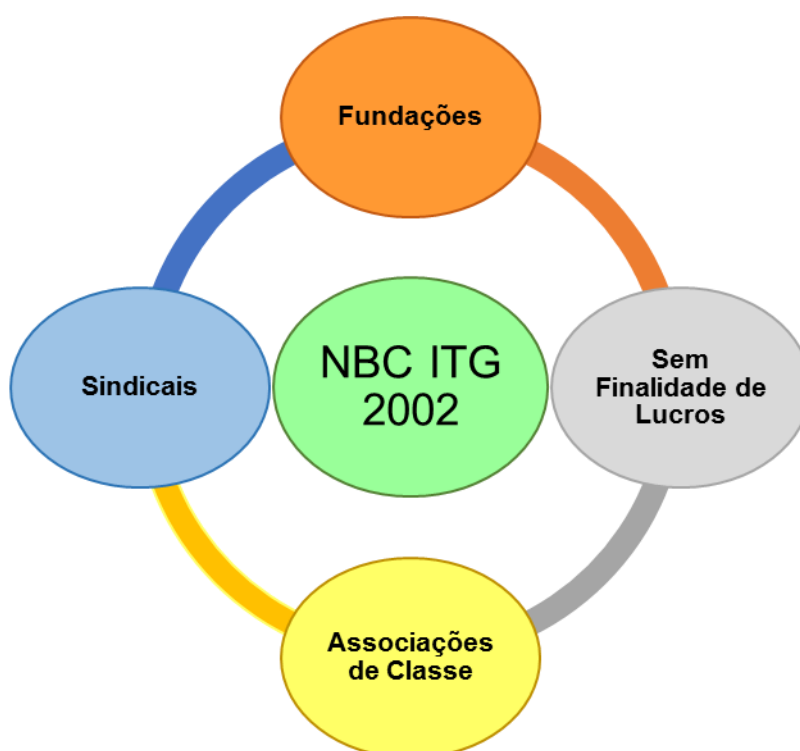
Conforme Zanluca, a contabilidade registra os valores recebidos para realizar cada projeto de forma distinta sendo caracterizados como fundos. Estes possuem suas regras de acordo com o direcionamento dos financiadores externos à entidade e órgãos reguladores. As entidades do terceiro setor devem atender os



Princípios Fundamentais de Contabilidade, as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Resolução 877 de 18 de abril de 2000 discriminava a cada entidade uma norma específica, sendo revogada pela Resolução CFC 1.409 de ITG de 21 de setembro de 2012, da qual abrange as diversas áreas de atuação das entidades sem fins lucrativos. Norteando conceitos quanto à documentação contábil, as contas de compensação, a nomenclatura das demonstrações contábeis, bem como a divulgação destas, respectivamente.

Figura 3 – Norma aplicada as entidades do terceiro setor



Fonte: Adaptada pela autora, 2015.

A norma NBC ITG 2002 delimita as práticas e processos particulares de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucro. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

Esta Interpretação aplica-se às pessoas jurídicas de direito privado sem finalidade de lucros, especialmente entidade imune, isenta de impostos e

contribuições para a seguridade social, beneficente de assistência social e atendimento aos Ministérios que, direta ou indiretamente, têm relação com entidades sem finalidade de lucros e, ainda, Receita Federal do Brasil e demais órgãos federais, estaduais e municipais. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

As Receitas permitem mensurar o aumento do ativo por decorrência da venda de produtos ou serviços, bem como por doações para projetos. Em consonância, as despesas são desembolsos necessários a geração de resultado, diferentemente de custos que se caracterizam como gastos realizados em troca de bens, podendo ser alocados em estoque. O resultado obtido por meio da diferença entre as receitas, as despesas e custos evidenciam se a organização obteve superávit ou déficit. (MCKINSEY & COMPANY, 2001).

As Receitas e Despesas devem ser reconhecidas mensalmente de acordo com o Princípio da Competência. O valor do Superávit ou Déficit enquanto aguarda a concordância da assembleia dos associados, deve ser registrado na conta de resultado Superávit ou Déficit do Exercício, sendo posteriormente transferido para a conta do Patrimônio Social. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

As doações e subvenções recebidas para a manutenção das atividades ou para investimentos e imobilizações, definidas como de custeio e patrimoniais, respectivamente, devem ser reconhecidas no resultado, conforme delimitado na NBC TG 07. Essa rege quanto a aplicabilidade da contabilização e divulgação da subvenção e assistência governamentais. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

As receitas decorrentes de doação, contribuição, convênio, parceria, auxílio e subvenção por meio de convênio, editais, contratos, termos de parceria e outros instrumentos, para aplicação específica, mediante constituição, ou não, de fundos, e as respectivas despesas devem ser registradas em contas próprias, inclusive as patrimoniais, segregadas das demais contas da entidade. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

As informações devem ser registradas de forma segregada, garantindo sua apuração a fim de prestação de contas, visto essa ser uma exigibilidade por entidades governamentais, aportadores, reguladores e usuários em geral. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

O registro contábil das atividades possibilita a emissão de relatórios, transmitindo com maior clareza as informações da organização. Entre os

instrumentos contábeis estão o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultado e o Fluxo de Caixa.

### **2.3.1 Demonstrações Contábeis**

Conforme a NBC ITG 2002 as entidades sem fins lucrativos devem elaborar: “o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Período, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e as Notas Explicativas [...]”. Devido à finalidade, algumas terminologias das contas devem ser alteradas, entre elas a nomenclatura designada às contas de Lucro ou Prejuízo, devendo essas ser substituídas por Superávit ou Déficit do período.

#### **2.3.1.1 Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial faz uma alusão, de forma simbólica, a uma fotografia da posição financeira da organização, por meio de três contas principais: o ativo, o passivo e o patrimônio líquido, das quais permitem a síntese do conjunto.

O ativo é composto pelos bens e direitos da organização, sendo os recursos disponíveis. Neste grupo alocam-se as disponibilidades de caixa, as contas a receber, os imóveis. Encontra-se também o ativo circulante que é composto pelo dinheiro em caixa, contas a receber e tudo que impacta diretamente o futuro fluxo de caixa e, por fim, o ativo permanente, o qual é formado por bens imobilizados como terrenos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos (MCKINSEY & COMPANY, 2001).

O passivo é formado pelo conjunto das obrigações da organização com terceiros, sendo as contas a pagar, os salários dos funcionários, empréstimos bancários. O patrimônio social, por sua vez é constituído pelos recursos do superávit do período anterior, mais as doações desvinculadas especificadas ou destinadas diretamente ao fundo patrimonial da instituição (MCKINSEY & COMPANY, 2001).

A conta Capital, integrante do grupo Capital Social deve ser substituída pela nomenclatura Patrimônio Social. (BRASIL, Resolução CFC 1.409 de 21 de setembro de 2012).

### 2.3.1.2 Demonstração do Resultado

O conjunto de registros das atividades da organização constitui as demonstrações contábeis das quais comprovam as ações da empresa tornando a informação clara aos interessados.

As demonstrações evidenciam os registros contábeis, destacando a situação do desempenho de cada conta no período em questão, trazendo informações aprofundadas quanto ao patrimônio e status financeiro da organização. As contas e classes contábeis das organizações não governamentais possuem uma nomenclatura distinta, enquadrando-se conforme a NBC. (OLIVEIRA, 2010)

Devem ser evidenciadas as informações de gratuidade concedidas, bem como os serviços voluntários obtidos, acrescentando que esses são reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro. A Demonstração do Resultado do Período deve ser divulgada em notas explicativas por tipo de atividade. A NBC TG 26 delimita o conceito, o conteúdo, a estrutura e a nomenclatura das Demonstrações Contábeis.

Conforme a NBC ITG 2002 as demonstrações contábeis devem ser apresentar notas explicativas considerando:

- (a) contexto operacional da entidade, incluindo a natureza social e econômica e os objetivos sociais;
- (b) os critérios de apuração da receita e da despesa, especialmente com gratuidade, doação, subvenção, contribuição e aplicação de recursos;
- (c) a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse;
- (d) as subvenções recebidas pela entidade, a aplicação dos recursos e as responsabilidades decorrentes dessas subvenções;
- (e) os recursos de aplicação restrita e as responsabilidades decorrentes de tais recursos;
- (f) os recursos sujeitos a restrição ou vinculação por parte do doador;
- (g) eventos subsequentes à data do encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da entidade;
- (h) as taxas de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações em longo prazo;
- (i) informações sobre os seguros contratados;
- (j) a entidade educacional de ensino superior deve evidenciar a adequação da receita com a despesa de pessoal, segundo parâmetros estabelecidos pela Lei das Diretrizes e Bases da Educação e sua regulamentação;
- (k) os critérios e procedimentos do registro contábil de depreciação, amortização e exaustão do ativo imobilizado, devendo ser observado a obrigatoriedade do reconhecimento com base em estimativa de sua vida útil;
- (l) segregar os atendimentos com recursos próprios dos demais atendimentos realizados pela entidade;
- (m) todas as gratuidades praticadas devem ser registradas de forma segregada, destacando aquelas que devem ser utilizadas na prestação de

contas nos órgãos governamentais, apresentando dados quantitativos, ou seja, valores dos benefícios, número de atendidos, número de atendimentos, número de bolsistas com valores e percentuais representativos;

(n) a entidade deve demonstrar, comparativamente, o custo e o valor reconhecido quando este valor não cobrir os custos dos serviços prestados.

Por meio da demonstração do resultado comprova-se se as operações estão gerando saldo positivo ou negativo, possibilitando a avaliação de sustentabilidade da instituição.

### **2.3.1.3 Fluxo de caixa**

Para assegurar a eficiência do fluxo de caixa é necessário bastante detalhamento nas informações, uma vez que este instrumento verifica a disponibilidade financeira da organização.

No fluxo de caixa, os recebimentos são confrontados com os desembolsos registrando o valor e a época prevista de todos os pagamentos. O fluxo positivo é verificado quando a soma dos recebimentos é maior do que a soma dos desembolsos, caso ocorra o inverso é necessário que o planejamento financeiro faça a instituição reduzir custos. (MCKINSEY & COMPANY, 2001).

As organizações do terceiro setor têm a prática de desenvolver diversos projetos, geralmente apoiados por uma instituição financiadora relacionada, sendo assim, destaca-se a importância de que cada fonte de financiamento seja exposta separadamente, como também a utilização dos seus recursos, a fim de possibilitar ao financiador a visualização da aplicação de seus recursos. (MCKINSEY & COMPANY, 2001).

Contemplando a escrituração dos dados, o registro das informações possibilita a elaboração das demonstrações contábeis, das quais garantem as organizações não governamentais, o direito de usufruir de uma forma de tributação diferenciada.

## **2.4 SISTEMA TRIBUTÁRIO NO TERCEIRO SETOR**

Conforme o artigo 3º do Código Tributário Nacional (1966) “Tributo é toda a prestação pecuniária compulsória que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

A imunidade ou isenção de tributos são benefícios fiscais concedidos a alguns entes em decorrência de sua atividade fim. A imunidade tributária impede os poderes tributadores União, Estados, Distrito Federal e Município de instituir tributos sobre os interessados sendo esta formalizada constitucionalmente. A isenção, por sua vez, é um benefício concedido por meio de lei ordinária, do qual dispensa o pagamento do tributo devido, entretanto pode ser revogado a qualquer momento, passando a entidade a ser tributada conforme a sua atividade. (Lei nº. 5.172 de 25 de outubro de 1966).

A Constituição Federal determina os entes da sociedade imunes, destinando um tratamento diferenciado para estes, entre eles estão os templos religiosos, instituições de educação e de assistência social. Conforme o artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu inciso VI, aliena “c”:

Art. 150 Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado á União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios:

VI – Instituir impostos sobre:

[...]

b) templos de qualquer culto;

c) patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei. (BRASIL, 1988).

Para fins de afirmação segue o artigo 12 da Lei 9.532/97:

Art. 12 Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 1º Não estão abrangidos pela imunidade os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável. (BRASIL,1997).

As empresas que contribuem com as organizações não governamentais por meio de doações, são contempladas com incentivos fiscais concedidos pelo Poder Público. Esta é uma estratégia adotada por diversas empresas privadas com a finalidade de adquirir a redução, ou isenção total dos impostos, abatendo o valor da doação. Além de agregar a imagem positiva no meio social, resultando em marketing de forma diferenciada. Este é um direito baseado na lei supracitada. (SILVA, apud REIS, 2008).

Para tomar posse dos benefícios concedidos pelo Ministério Público e outorgador por meio de lei, as organizações devem adequar-se e parametrizar suas informações conforme estabelecido, obedecendo às condições delimitadas.

#### **2.4.1 Requisitos para imunidade**

O benefício da imunidade previsto às organizações não governamentais é condicionado ao cumprimento dos requisitos citados no parágrafo 2º do artigo 12 da Lei 9.532/97, do qual estabelece o altruísmo dos dirigentes (a), a destinação dos recursos (b), a escrituração das receitas e despesas (c), o prazo de conservação das informações e registros (d), as declarações pertinentes (e), o recolhimento dos tributos retidos (f), as obrigações em caso de incorporações (g), outros requisitos (h):

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

- a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;
- f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes;
- g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público.
- h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo. (BRASIL, 1997).

Visto isso, a lei regulamenta diversas adequações e normas das quais as organizações devem se enquadrar, prezando pelo cumprimento do seu objetivo.

#### **2.5 CAPTAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS**

Para o fomento de suas atividades, as organizações não governamentais necessitam angariar recursos financeiros. Derivam de doações, patrocínio,

subvenções sociais entre outros, podendo ser obtidos por meio de parcerias e convênios com empresas privadas bem como com o Poder Público.

As doações partem de empresas privadas ou até mesmo pessoas físicas que fazem parte do projeto ou da comunidade onde se encontra; os patrocínios derivam de empresas com responsabilidade social, das quais possuem sua marca divulgada por meio dos projetos sociais; as subvenções sociais são recursos concedidos pelo Poder Público a fim de cobrir despesas de custeio; podem ainda arrecadar fundos por meio da organização de eventos beneficentes, bem como através da venda de materiais confeccionados pela organização. (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

As instituições do Terceiro Setor investem esforços a fim de angariar recursos para atender seus objetivos sociais, estes provêm das próprias empresas que as constituíram ou por meio de parcerias, sendo o mantimento um desafio muitas vezes instável e sempre dependente de terceiros para manutenção de seus projetos. (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

Os investidores prezam pela transparência e apresentação de informações claras que demonstrem onde os recursos estão sendo empregados e se estão atendendo a finalidade da qual foram destinados.

Surgem então os cuidados dos financiadores ou doadores dos recursos que sustentam as ações sociais do Terceiro Setor. Querem registrar seus esforços nos seus balanços sociais e, sem dúvida registrar suas contribuições; desejam que o destino de suas doações seja confiável e escolhido de maneira séria segundo critérios que tragam retorno para a imagem da empresa. (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006, p. 37).

Os gestores dessas organizações buscam constantemente uma forma de financiar seus projetos. Deve-se levar em consideração pontos como o marketing, apresentação da instituição, estrutura jurídica, sendo que estes auxiliam na divulgação da organização e captação de recursos (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

Segundo Tachizawa (2002) a captação de recursos é a busca de recursos na maioria das vezes financeiros visando alcançar a missão, por meio de programas e projetos. A Associação Brasileira de Captadores de Recursos formulou um código ético para direcionar as organizações do Terceiro Setor quanto essa finalidade.

A fim de conservar o contrato de parceria com os investidores, doadores, contribuinte e possivelmente estreitar convênios com órgãos públicos, firmando



associações, é de suma importância que as organizações do Terceiro Setor mantenham o registro de suas atividades de acordo com a norma vigente. Viabilizando assim, a prestação de contas aos mais diversos interessados, sendo eles pessoas físicas, jurídicas, o Estado, bem como a sociedade, assegurando a transparência da instituição.

## 2.6 PRESTAÇÃO DE CONTAS

As organizações devem comprovar a aplicação dos recursos investidos para as empresas privadas, órgãos públicos ou qual for o investidor, demonstrando as entradas, os desembolsos e resultados obtidos.

A prestação de contas confere a permanência das organizações não governamentais, consolidando os projetos firmados. Conforme o Manual de procedimentos contábeis para fundações e entidades de interesse social, editado pelo Conselho Federal de Contabilidade (2003) a prestação de contas abrange as informações por meio de documentos disponibilizados pelos gestores das entidades, conforme as competências de cada órgão devidamente estabelecido no estatuto ou lei.

A fim de comprovar a prestação de contas as ONGs devem emitir relatórios financeiros, sendo eles relatório de Atividades, demonstrações contábeis, informações bancárias, inventário patrimonial, declaração e informações econômico-fiscais, relação anual de informações sociais (RAIS), parecer do conselho fiscal, relatório de auditoria e cópias de convênios e contratos, termos de parcerias celebradas, conforme o Conselho Federal de Contabilidade. (CFC, 2003).

O Decreto nº 8.244 de 23 de maio de 2014 da Constituição Federal, regulamenta as atribuições quanto à prestação de contas. Este segue com a alteração do Decreto nº 6.170 de 25 de julho de 2007 “que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse” tornando as normas mais rígidas quanto à informatização e prestação de contas.

Conforme o Decreto nº 8.244/14 artigo 1º o Decreto nº 6.170/07 passa a vigorar com as seguintes alterações:

XII - prestação de contas - procedimento de acompanhamento sistemático que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e

financeiros, a execução integral do objeto dos convênios e dos contratos de repasse e o alcance dos resultados previstos.

[...]

VII - declaração de que a entidade não consta de cadastros impeditivos de receber recursos públicos; e

VIII - declaração de que a entidade não se enquadra como clube recreativo, associação de servidores ou congêneres. (BRASIL, 2014).

Com relação ao processo de prestação de contas o artigo 10 do Decreto nº 8.244/14 direciona:

Art. 10 As transferências financeiras para órgãos públicos e entidades públicas e privadas, decorrentes da celebração de convênios e contratos de repasse, serão feitas exclusivamente por intermédio de instituição financeira oficial, federal ou estadual, que poderá atuar como mandatária da União para execução e fiscalização.

[...]

§ 6º A prestação de contas no âmbito dos convênios e contratos de repasse observará regras específicas de acordo com o montante de recursos públicos envolvidos, nos termos das disposições e procedimentos estabelecidos no ato conjunto de que trata o **caput** do art. 18.

§ 7º A prestação de contas inicia-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros que deverá ser registrada pelo concedente no SICONV.

§ 8º O prazo para análise da prestação de contas e a manifestação conclusiva pelo concedente será de um ano, prorrogável no máximo por igual período, desde que devidamente justificado.

§ 9º Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da prestação de contas e comprovação de resultados, a administração pública poderá, a seu critério, conceder prazo de até 45 dias para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 10. A análise da prestação de contas pelo concedente poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao Erário; ou

III - rejeição com a determinação da imediata instauração de tomada de contas especial.

§ 11. A contagem do prazo de que trata o § 8º inicia-se no dia da apresentação da prestação de contas.

§ 12. Findo o prazo de que trata o § 8º, considerado o período de suspensão referido no § 9º, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo concedente poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato. (BRASIL, 2014).

Ao que tange a prestação de contas nas OSCIP, devem ser ponderados os princípios fundamentais de contabilidade e das NBCs. Sendo publicado o relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, no encerramento do exercício fiscal, compreendendo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, deixando-as à disposição para consulta de qualquer cidadão. (Lei 9.790 de 23 de março de 1999, art. 4, VII).

### 3 METODOLOGIA DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentam-se as definições com relação à metodologia do estudo e a forma como foi abordada, bem como a definição dos procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

#### 3.1 ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa deve ser objetivada em métodos que direcionam a abordagem de estudo a fim de se obter o desempenho almejado. Appolinário (2004, p. 152) define que “as pesquisas aplicadas têm como objetivo de resolver problemas ou necessidades concretas ou imediatas”.

Ao que tange os objetivos, este estudo define-se como descritivo, uma vez que, descreve as características de determinada população ou fenômeno estabelecendo relações entre variáveis. Sendo assim, esta pesquisa apresenta as práticas das organizações não governamentais, explanando as características desta e demonstrando a influência da contabilidade na prestação de contas e captação de recursos. (GIL, 1999).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa define-se como documental tendo por base materiais que ainda não receberam análises específicas, podendo adequar-se ao objetivo. Conforme Gil (2002) a pesquisa bibliográfica baseia-se em conceitos de autores disponíveis ao usuário da informação, dessa forma diferencia-se da pesquisa documental onde as fontes são variadas e abrangem um leque de funcionalidades a serem exploradas. Na mesma linha, segue-se como pesquisa participante, sendo que o pesquisador faz parte da rotina do objeto de estudo.

Ressalta-se a atribuição da metodologia reflexiva, havendo a interpretação dos dados por parte do pesquisador de forma empírica, conforme suas experiências, delegando uma reflexão crítica, bem como uma comparação da teoria e prática, formulando assim conclusões em forma de um relatório de pesquisa, permitindo a explanação do tema com as conclusões evidenciadas. (VERGARA, 2010).

No que se refere à análise dos dados utiliza-se abordagem qualitativa. Para Richardson (1999) os estudos que usam esta metodologia podem descrever a

complexidade de um problema, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos vividos por grupos sociais.

### 3.2 PROCEDIMENTOS PARA COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

No processo de coleta de dados utiliza-se o estudo de caso, onde a análise é embasada nos documentos concedidos pela organização em estudo. Apreciando assim as demonstrações contábeis, como Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, relatórios financeiros, processos em aberto (em caso de existência), projetos, programas, recursos, empresas investidoras, bem como toda e qualquer informação disponibilizada.

## 4 ESTUDO DE CASO

O estudo de caso consiste no levantamento de dados para a execução e manutenção das atividades de um centro educacional infantil. Demonstrando assim, a contribuição da contabilidade para o gerenciamento de informações e captação de recursos.

### 4.1 HISTÓRIA

O Centro de Educação Infantil Ser Luz iniciou com um sonho antigo da Senhora Ana Luz, pastora da Igreja Luterana Renovada. Remete a mudança na realidade existente no Bairro Renascer, uma área de vulnerabilidade social, caracterizada pelo alto índice de tráfico de drogas, homicídios, bem como diversas carências físicas, psíquicas e morais.

Com o intuito de desenvolver uma escola pautada em princípios de honestidade, solidariedade, respeito às diferenças, amor ao próximo; projeta-se a mudança na perspectiva de realidade da comunidade desde a infância.

Buscando renovar as esperanças da comunidade, em 2010 um grupo de voluntários iniciou o Projeto Renascer, um trabalho voltado para crianças que por meio de atividades, brincadeiras, danças e música visa distribuir alegria, fé e amor. A força de trabalho e comprometimento desse grupo é o sustento do projeto e o precursor para tornar esse sonho em realidade.

### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

O Centro Educacional Ser Luz é o projeto de uma organização da qual objetiva a prestação de serviços educacionais a crianças de 0 a 6 anos de idade. O ramo de atividade será prestação de serviços com foco na educação infantil, contribuindo com os cuidados integrais de educação, alimentação, higiene, saúde e de ordem psicológica. Auxiliando de maneira a alcançar as necessidades biopsicossociais das crianças atendidas, como aporte no melhor desenvolvimento e autodescobrimento com a introdução de valores desde a infância.

Enquadra-se no setor terciário, se constituirá juridicamente como associação, promovida com ordem beneficente sem fins lucrativos, sendo toda a

fonte de renda investida exclusivamente no propósito fim. A organização buscará o título de Organização da Sociedade Civil - OSC concedido pelo Ministério Público. Conferindo maior credibilidade a investidores, parcerias e convênios em potencial.

O nome do negócio derivou do objetivo principal que é trazer luz, renovando as esperanças da comunidade, através da alegria, fé e amor. Se localizará no Bairro Renascer, na Rua COHAB no município de Criciúma no estado de Santa Catarina – Brasil.

#### **4.2.1 Missão**

Oferecer qualidade de vida por meio da educação, de acordo com os valores humanitários, atuando de forma incondicional na vida das crianças.

#### **4.2.2 Visão**

Ser um referencial em termos de qualidade de ensino na educação infantil e promover a integração da criança na sociedade, proporcionando condições futuras melhores aos atendidos.

### **4.3 IMPORTÂNCIA DO NEGÓCIO**

Conforme estatísticas do IBGE<sup>1</sup> de 2014 Criciúma é a cidade mais populosa do Sul de Santa Catarina, sendo a quinta maior do estado. Ocupa a posição dos 100 (cem) municípios com melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. Entretanto há divergências gritantes em relação a algumas regiões isoladas da cidade, entre elas o Bairro Renascer.

Nas regiões que apresentam maior vulnerabilidade, são instalados Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, unidades públicas que visam assegurar a proteção social básica destas. Em Criciúma, encontra-se 6 (seis) dessas entidades sociais, como demonstrado na figura a seguir.

---

<sup>1</sup> IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É uma fundação pública de administração federal brasileira criada em 1934. Possui atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas.

Figura 4 - Regiões de vulnerabilidade social em Criciúma



Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Devido ao meio de vivência torna-se evidente a forte influência negativa que este exerce sobre os moradores, iniciando desde a infância e estendendo-se a fase adulta, do qual tem tomado grande proporção, tornando-se um problema cíclico de ordem regional. A tabela a seguir apresenta os números de óbitos por causas violentas na cidade de Criciúma nos últimos dez anos (2005/2014), ressaltando a mudança no cenário planejada pelo centro educacional.

Tabela 1 - Número de óbitos por causas violentas em Criciúma 2005 – 2014

<b>Causa</b>	<b>2005</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2010</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Acidentes de Transportes	62	75	60	57	55	43	50
Homicídio	14	9	22	28	55	39	44
Suicídio	10	10	12	17	12	16	22
Eventos de intenção indeterminada	5	3	6	1	0	1	1
Demais causas externas	0	1	2	1	0	0	0
<b>Total de Criciúma</b>	<b>91</b>	<b>98</b>	<b>102</b>	<b>104</b>	<b>122</b>	<b>99</b>	<b>117</b>
<b>Total de Santa Catarina</b>	<b>3200</b>	<b>3311</b>	<b>3450</b>	<b>3462</b>	<b>3510</b>	<b>3351</b>	<b>3383</b>

Fonte: Governo do Estado de Santa Catarina, Secretaria do Estado da Saúde, Sistema de Informações de Mortalidade (SIM).

Conforme os dados apreciados o número de óbitos por causas violentas apresentou um aumento de 29% no ano de 2014 com relação a 2005, tornando visível a grande escala que tem alcançado a marginalidade da sociedade. Dessa

forma tem-se o seguinte questionamento: se tem mais retorno investindo em segurança ou em educação? Certamente se os valores e a dedicação fossem empregados na educação como forma preventiva, os gastos em segurança apresentariam valores irrisórios diante do montante investido na atualidade.

Portanto, o Centro Educacional Ser Luz acredita na ideia central de formar indivíduos que vivam nos princípios e valores, criando mentes criativas, influenciadores positivos e agentes de transformação para a sociedade. Visto que uma das funções das organizações vinculadas ao terceiro setor é justamente auxiliar o governo em suas ineficiências.

#### 4.4 SERVIÇO

O Bairro Renascer tornou-se um local com muitas divergências sociais, reveladas no histórico e na falta de perspectiva dos moradores que em diversos casos não conseguem sonhar além dos trilhos que separam o bairro, acreditando que a vida está condenada a realidade vivenciada no presente.

Nesse fundamento, o investimento no ramo educacional trará benefícios relevantes a toda localidade, proporcionando as crianças condições apropriadas para o desenvolvimento de fatores biológicos, psicológicos e sociais, uma vez que, compreendendo as dificuldades do bairro as crianças estão a mercê de um cenário conturbado, vivenciando experiências que podem comprometer seu crescimento.

Cabe ressaltar que o centro educacional surtirá efeitos na redução da taxa de absenteísmo de crianças acima de 7 (sete) anos nas escolas, visto que muitas destas ausentam-se das aulas para prestar auxílio no cuidado dos irmãos menores, prejudicando seu processo educacional.

Destaca-se ainda a inserção dos pais destas crianças no mercado de trabalho, considerando que um dos fatores impeditivos é a ausência de vagas nas escolas de educação infantil, das quais não atendem à demanda da região, bem como os empregos gerados pela instituição, dos quais poderão empregar os próprios moradores do bairro. Com a redução no índice de desemprego projeta-se que as crianças terão acesso a melhores condições para o seu crescimento físico e social.



#### 4.4.1 Público Alvo

Segundo dados da Abadeus<sup>2</sup> (2013) o bairro possui 5.000 (cinco mil) moradores, entre eles 540 (quinhentos e quarenta) são crianças na faixa etária a ser alcançada pela organização, delimitando este como o público alvo.

A princípio o centro educacional terá a capacidade de atender aproximadamente 92 (noventa e duas) crianças em período integral, sendo dispostas em 6 (seis) salas de atividade de acordo com a idade, estruturadas de forma segura, dentro da proposta pedagógica.

Conforme designado pelo Ministério da Educação, para atender a demanda estabelecida o Centro Educacional Infantil, necessitará de uma equipe composta de no mínimo 18 (dezoito) professores, sendo 16 (dezesesseis) efetivos em sala de aula, conferindo o desenvolvimento da criança, conforme visualizada na tabela a seguir.

Quadro 1 - Crianças e professores por sala de atividade

<b>RELAÇÃO CRIANÇA E PROFESSORES POR SALA DE AULA</b>			
<b>Sala de atividades</b>	<b>Quantidade de Alunos</b>	<b>Professores (Matutino)</b>	<b>Professores (Vespertino)</b>
Berçário	12	2	2
Infantil I (1 - 2 anos)	16	2	2
Infantil II (2 - 3 anos)	16	1	1
Infantil III (3 - 4 anos)	16	1	1
Infantil IV (4 - 5 anos)	16	1	1
Infantil V (5 - 6 anos)	16	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>92</b>	<b>8</b>	<b>8</b>

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

O quadro demonstrado sugere a disposição de 16 (dezesesseis) profissionais, entretanto haverá mais dois pedagogos auxiliares para suprir a ausência dos efetivos em algumas atividades necessárias, entre elas o descanso e a alimentação.

Baseado nisso, o Centro Educacional Ser Luz terá a capacidade de atender inicialmente 15% (quinze) do público-alvo almejado. Embora aparentemente

<sup>2</sup> A Associação Beneficente ABADEUS é uma entidade sem fins lucrativos fundada em 01 de abril de 1960, por membros da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Criciúma, com a finalidade de prestar assistência social, combater a pobreza, promover a autonomia do cidadão e o desenvolvimento social e econômico.

seja uma parcela pequena, existem outras organizações na localidade com a mesma finalidade, entre elas o CEI AFASC Mundo Encantado. Porém a construção de uma organização desse porte na localidade trará reflexos evidentes em grande escala.

#### 4.4.2 Principais Atividades

A atividade central da instituição é voltada ao processo de formação de crianças, elaborando atividades de ensino e aprendizagem, a fim de que estas se encontrem aptas para viver em sociedade. Para tanto é necessário a constituição de um projeto político-pedagógico conforme a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O horário de atendimento se dará das 06h00 às 18h00 horas de segunda a sexta-feira em período integral para as crianças devidamente matriculadas.

Durante esse período o professor desempenhará todas as funções estabelecidas pelo projeto político-pedagógico. Haverá ainda, quatro pausas refeições sendo elas.

Quadro 2 - Refeições e Respectivos Horários

<b>Refeição</b>	<b>Horário</b>
Café da Manhã	07h00 às 07h30
Lanche da manhã	10h00 às 10h30
Almoço	11h30 às 12h30
Lanche da Tarde	14h00 às 14h30
Café da Tarde	16h30 às 17h30

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

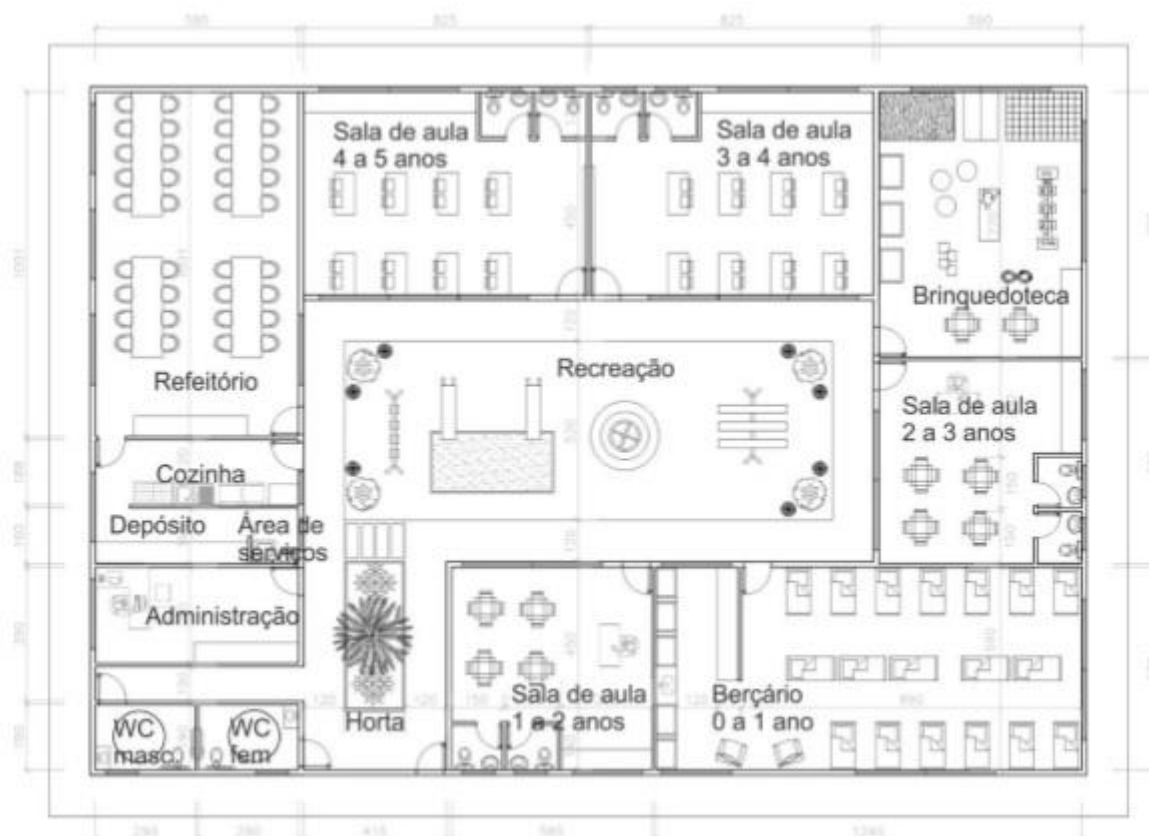
O cardápio constante em anexo, foi elaborado conforme a idade da criança, conforme suas necessidades e particularidades, levando em conta que a nutrição possibilita além de melhor qualidade de vida, condições apropriadas para aprendizagem.

#### 4.5 ESTRUTURA FÍSICA

Atendendo aos parâmetros de infraestrutura estabelecidos para instituições de educação infantil do Ministério da Educação, o Centro Educacional Ser Luz contará com salas distintas preparadas conforme a faixa etária. O *layout*

será composto por Sala de Atividades, Berçário, Salas Infantis, Área Administrativa, Banheiros infantil e adulto, Refeitório, Área para Recreação, Cozinha, Depósito e Área de Serviços Gerais.

Figura 5 - Sugestão de *layout* (sujeito a alterações)



Fonte: APRENDENDOAPROJETAR

O arranjo físico foi elaborado em condições seguras e salubres, a fim de utilizar o ambiente na melhor instalação para promover atividades que contribuam para o desenvolvimento dos indivíduos a serem atendidos, visando transformar o espaço lúdico infantil em dinâmico, vivo, explorável, transformável, e acessível para todos.

#### 4.6 PREMISSAS DE CUSTOS

As premissas de custos consistem no levantamento de dados estimados, a fim de elaborar o planejamento financeiro da organização. Descrevendo os gastos gerais necessários para a manutenção de suas atividades.

#### 4.6.1 Investimento em Imobilizado

O valor empregado em investimento para construção do centro educacional será R\$ 384.067,22 orçado com base no projeto real. Conferindo uma visão sintética, tem-se a tabela a seguir onde se demonstra o montante a ser aplicado em cada etapa da construção. O orçamento analítico consta no anexo H, onde discrimina cada item, com a respectiva quantidade, unidade de medida, valor do custo unitário e total.

Tabela 2 - Orçamento construção

<b>Orçamento Construção CEI Ser Luz</b>		
<b>Etapas</b>	<b>Valor Total</b>	<b>% Corresp.</b>
Serviços Iniciais	9.000,00	2,3%
Serviços Preliminares	24.980,00	6,5%
Infra Estrutura	10.000,00	2,6%
Supra Estrutura	22.194,12	5,8%
Paredes	14.097,60	3,7%
Coberturas	15.704,00	4,1%
Impermeabilizações	4.150,00	1,1%
Esquadrias de MDF	6.533,00	1,7%
Vidros	7.990,08	2,1%
Revestimento	18.871,84	4,9%
Pisos e Pavimentação	15.679,44	4,1%
Climatização	2.500,00	0,7%
Instalações Hidro sanitárias	6.600,00	1,7%
Instalações Elétricas	15.000,00	3,9%
Pintura	5.767,14	1,5%
Serviços Complementares	5.000,00	1,3%
Despesas com Mão de Obra	200.000,00	52,1%
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>384.067,22</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Os custos hidro sanitários, elétricos e de climatização compõe a conta Instalações, os demais itens irão para Edificações. O valor da mão de obra corresponde a 52% do custo total, dessa forma, por meio de rateio concluiu-se que 20% da mão de obra correspondente a custo de instalação e 80% de edificação, obtendo-se assim o valor a ser alocado em cada conta do Imobilizado.

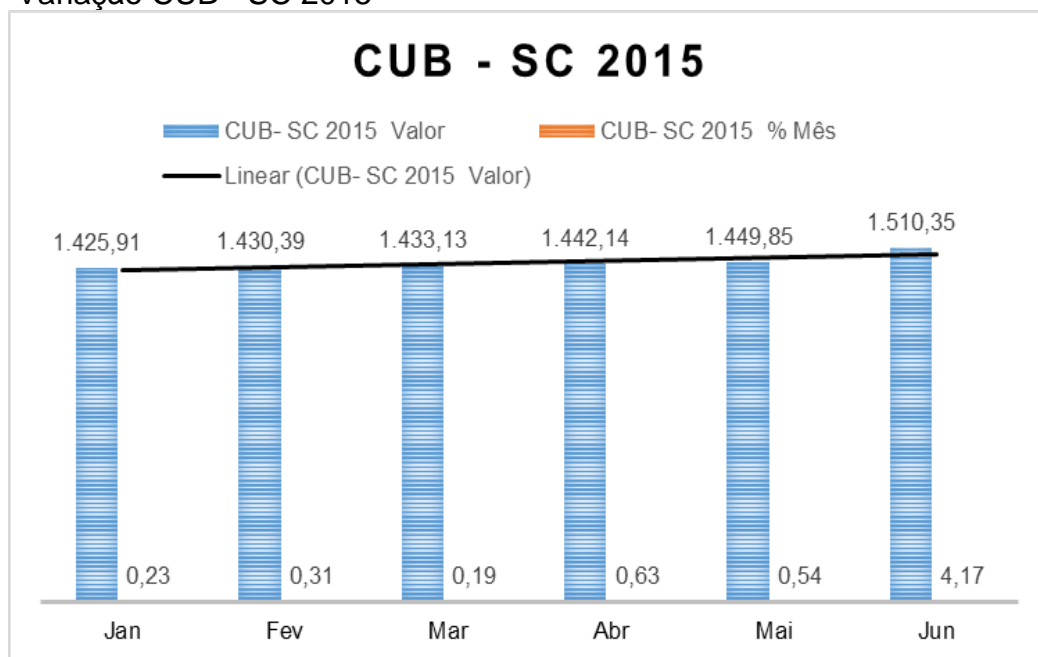
Tabela 3 - Orçamento imobilizado

Orçamento Imobilizado					
Imobilizado	Parcial	% Custo	% MOB	Rateio MOB	Total Geral
Instalações	24.100,00	6,27	20,00	40.000,00	64.100,00
Edificações	159.967,22	41,65	80,00	160.000,00	319.967,22
Mão de Obra	200.000,00	52,07	-	-	-
<b>Total</b>	<b>384.067,22</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>200.000,00</b>	<b>384.067,22</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

O centro educacional possui área de 400 metros quadrados (m<sup>2</sup>). Por meio da divisão da área pelo custo total a ser investido, verifica-se que o custo por m<sup>2</sup> ficou na base de R\$ 960,17. Levando em consideração o CUB<sup>3</sup> do primeiro semestre de 2015, o edifício está em valor positivo com relação ao mercado.

Gráfico 1 - Variação CUB - SC 2015



Fonte: SINDUSCON - Adaptado pela autora, 2015.

Visto que o imóvel atingiu um valor de CUB menor que a média ponderada no período, caso a construção ocorresse nesse período, haveria uma valorização no imóvel, uma vez que o valor de mercado está maior que o valor de custo para construção do metro quadrado.

<sup>3</sup> CUB – O Custo Unitário Básico é o principal indicador do setor da construção. Calculado mensalmente pelos Sindicatos da Indústria da Construção Civil, determina o custo global da obra, assegurando aos compradores em potencial um parâmetro comparativo à realidade dos custos.

#### 4.6.2 Despesas Administrativas

A fim de mensurar os gastos referentes a administração, estimou-se valores quanto a consumo de energia, água, telefone, material de uso e consumo e material de expediente. Conforme visualizado no quadro a seguir, projeta-se um gasto mensal de aproximadamente R\$10.000,00 em Despesas de Luz, Água e Telefone, representando um montante de R\$ 120.000,00 por ano.

Tabela 4 - Despesas com luz, água e telefone

<b>Despesas Administrativas - CEI Ser Luz</b>				
<b>Mês</b>	<b>Celesc</b>	<b>Casan</b>	<b>GVT</b>	<b>Total Mensal</b>
Janeiro	6.549,21	2.652,41	1.453,74	10.655,36
Fevereiro	7.057,01	1.987,42	1.231,93	10.276,36
Março	6.356,35	2.154,38	1.829,09	10.339,82
Abril	6.126,10	2.245,14	1.532,92	9.904,16
Maio	6.998,87	1.879,36	1.843,20	10.721,43
Junho	5.873,95	1.958,42	1.456,08	9.288,45
Julho	8.443,73	2.456,42	1.365,72	12.265,87
Agosto	4.069,67	1.475,58	1.893,09	7.438,34
Setembro	7.321,64	2.104,20	2.029,10	11.454,94
Outubro	6.051,89	1.342,62	1.998,76	9.393,27
Novembro	6.340,64	2.003,52	1.979,04	10.323,20
Dezembro	5.432,58	2.204,52	1.763,45	9.400,55
<b>TOTAL</b>	<b>76.621,62</b>	<b>24.463,99</b>	<b>20.376,12</b>	<b>121.461,73</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Verificou-se ainda com base em dados reais o orçamento de materiais de uso e consumo, para conservação da organização. Obteve-se a projeção de um gasto mensal de R\$ 790,00. Levando em consideração as oscilações nos preços e na necessidade dos produtos, estima-se o gasto anual de R\$ 9.480,00.

Figura 6 - Despesas com material de uso e consumo projetadas

Quantidade	Unidade	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Valor	Valor Total
2	UN.	AGUA SANITARIA Ricley 5L	R\$ 4,30	R\$ 8,60
2	UN.	AROMATIZANTE Ricley 5L	R\$ 4,95	R\$ 9,90
1	UN.	CLORO Sao Paulo 5L	R\$ 7,85	R\$ 7,85
1	UN.	DETERGENTE NEUTRO Ricley 5L	R\$ 6,90	R\$ 6,90
5	UN.	ESPONJA DUPLA FACE MULTIUSO Bettanin	R\$ 0,37	R\$ 1,85
2	UN.	FIBRA LIMPEZA PESADA VERDE Bettanin 102x260	R\$ 1,42	R\$ 2,84
3	UN.	FLANELA DE ALGODAO BRANCA 40x60	R\$ 1,70	R\$ 5,10
15	UN.	PAPEL HIG. ROLAO Litopell/Alphes 8x300 bco	R\$ 16,20	R\$ 243,00
10	UN.	PAPEL T. BOBINA Qualifix 6x200 28GR	R\$ 45,00	R\$ 450,00
2	UN.	SABAO EM PO Class 1kg sache	R\$ 2,90	R\$ 5,80
1	UN.	SACO DE LIXO PRETO 100L 75x80x04 cento	R\$ 14,80	R\$ 14,80
1	UN.	SACO DE LIXO PRETO 15L 39x52x04 cento	R\$ 6,15	R\$ 6,15
2	UN.	VASSOURA DE PALHA VERMELHA	R\$ 9,25	R\$ 18,50
2	UN.	VASSOURA NYLON C/CABO Perovinha light	R\$ 3,65	R\$ 7,30
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 125,44</b>	<b>R\$ 788,59</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Conforme orçamento constante no anexo G, as despesas estimadas para Material de Expediente representam o valor mensal aproximado de R\$ 3.400,00, projetando um desembolso médio de R\$ 40.800,00 reais por ano. Analisando 4 (quatro) fornecedores da região, identificados por nomes fictícios “W”, “Y”, “X” e “Z”, permitiu-se a comparação dos preços. Por meio da cotação identificou-se que o fornecedor “W” oferece os melhores preços, apresentando uma margem 9,70% menor com relação ao concorrente “Y”.

Figura 7 - Despesas com material de expediente projetadas

Fornecedor	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Estimado Anual
W	R\$ 298,03	R\$ 3.419,64	R\$ 41.035,68
Y	R\$ 374,13	R\$ 3.751,39	R\$ 45.016,68
X	R\$ 404,86	R\$ 3.473,26	R\$ 41.679,12
Z	R\$ 362,40	R\$ 3.564,94	R\$ 42.779,28

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Conforme apresentado, os gastos decorrentes das Despesas Administrativas, compreendidos por água, luz, telefone, material de uso e consumo e de expediente, levando em consideração o primeiro mês de atividade seriam estimados no valor de R\$ 14.190,00 e 170.280,00 anual.

#### 4.6.3 Despesas com Pessoal

O quadro de funcionários do centro educacional será composto por 30 profissionais. O cálculo da folha de pagamento é composto pelo valor do salário base, a contribuição do INSS<sup>4</sup> (funcionário) nas alíquotas de 8, 9 ou 11% conforme o salário, acrescendo ainda o FGTS. Contatou-se a média estimada mensal da folha de pagamento no valor de R\$ 43.127,76. Somado ao valor do Décimo Terceiro Salário e Férias a Despesas com Pessoal anual estimada é de R\$ 575.576,89.

Tabela 5 - Despesas e encargos com pessoal

Relação Funcionários CEI Ser Luz (continua)						
Departamento	Função	Salário Base	INSS	FGTS	Total	Qntd.
<b>Cozinha</b>	Aux. de Cozinha	888,17	71,05	71,05	1.030,28	1
	Cozinheira	1.049,75	83,98	83,98	1.217,71	2
<b>Manutenção e Limpeza</b>	Aux. de Serviços Gerais	788,17	63,05	63,05	914,28	1
	Serviços Gerais	888,17	71,05	71,05	1.030,28	1
	Manutenção	927,12	74,17	74,17	1.075,46	1
<b>Desenvolvimento Infantil</b>	Berçário	1.300,00	104,00	104,00	1.508,00	4
	Infantil I	1.300,00	104,00	104,00	1.508,00	4
	Infantil II	1.300,00	104,00	104,00	1.508,00	2
	Infantil III	1.300,00	104,00	104,00	1.508,00	2
	Infantil IV	1.300,00	104,00	104,00	1.508,00	2
	Infantil V	1.300,00	104,00	104,00	1.508,00	2
	Pedagogo Aux.	1.050,00	84,00	84,00	1.218,00	2
<b>Secretaria</b>	Diretor	2.024,00	182,16	161,92	2.368,08	1
	Administrador	2.013,00	181,17	161,04	2.355,21	1
	Aux. Administrativo	888,17	71,05	71,05	1.030,28	2
	Coord. Pedagógico	1.724,96	155,25	138,00	2.018,20	1
	Psicólogo	1.100,00	88,00	88,00	1.276,00	1
<b>TOTAL</b>		<b>21.141,51</b>	<b>1.748,94</b>	<b>1.691,32</b>	<b>24.581,77</b>	<b>30</b>

Relação Funcionários CEI Ser Luz (conclusão)				
Mensal	Anual	Férias	13º Salário	Total Geral
1.030,28	11.333,05	1.373,70	1.030,28	13.737,03
2.435,42	26.789,62	3.275,22	2.435,42	32.500,26
914,28	10.057,05	1.219,04	914,28	12.190,36
1.030,28	11.333,05	1.373,70	1.030,28	13.737,03
1.075,46	11.830,05	1.433,95	1.075,46	14.339,46
6.032,00	66.352,00	8.112,00	6.032,00	80.496,00
6.032,00	66.352,00	8.112,00	6.032,00	80.496,00
3.016,00	33.176,00	4.056,00	3.016,00	40.248,00

<sup>4</sup> O INSS parte patronal é isento as organizações do Terceiro Setor, certificado pela Lei 12.101/2009.



(continuação)

Mensal	Anual	Férias	13º Salário	Total Geral
3.016,00	33.176,00	4.056,00	3.016,00	40.248,00
3.016,00	33.176,00	4.056,00	3.016,00	40.248,00
2.436,00	26.796,00	3.276,00	2.436,00	32.508,00
2.368,08	26.048,88	3.249,88	2.368,08	31.666,84
2.355,21	25.907,31	3.193,96	2.355,21	31.456,48
2.060,55	22.666,10	2.747,41	2.060,55	27.474,06
2.018,20	22.200,24	2.736,94	2.018,20	26.955,37
1.276,00	14.036,00	1.716,00	1.276,00	17.028,00
<b>43.127,76</b>	<b>474.405,34</b>	<b>58.043,79</b>	<b>43.127,76</b>	<b>575.576,89</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Explicando o item Férias da Tabela 5, segue a seguir o cálculo, onde o salário base é acrescido de 1/3 e sobre esse valor incide os encargos de INSS e IRRF. O valor previsto para pagamento das férias dos funcionários é R\$ 58.043,79.

Tabela 6 - Cálculo de férias

CÁLCULO DE FÉRIAS								
Salário Base	1/3 Férias	Total	INSS	FGTS	IRRF	Total	Qntd.	Total Geral
888,17	296,06	1.184,23	94,74	94,74		1.373,70	1	1.373,70
1.049,75	349,92	1.399,67	125,97	111,97		1.637,61	2	3.275,22
788,17	262,72	1.050,89	84,07	84,07		1.219,04	1	1.219,04
888,17	296,06	1.184,23	94,74	94,74		1.373,70	1	1.373,70
927,12	309,04	1.236,16	98,89	98,89		1.433,95	1	1.433,95
1.300,00	433,33	1.733,33	156,00	138,67		2.028,00	4	8.112,00
1.300,00	433,33	1.733,33	156,00	138,67		2.028,00	4	8.112,00
1.300,00	433,33	1.733,33	156,00	138,67		2.028,00	2	4.056,00
1.300,00	433,33	1.733,33	156,00	138,67		2.028,00	2	4.056,00
1.300,00	433,33	1.733,33	156,00	138,67		2.028,00	2	4.056,00
1.300,00	433,33	1.733,33	156,00	138,67		2.028,00	2	4.056,00
1.050,00	350,00	1.400,00	126,00	112,00		1.638,00	2	3.276,00
2.024,00	674,67	2.698,67	296,85	215,89	38,47	3.249,88	1	3.249,88
2.013,00	671,00	2.684,00	295,24	214,72		3.193,96	1	3.193,96
888,17	296,06	1.184,23	94,74	94,74		1.373,70	2	2.747,41
1.724,96	574,99	2.299,95	252,99	184,00		2.736,94	1	2.736,94
1.100,00	366,67	1.466,67	132,00	117,33		1.716,00	1	1.716,00
<b>21.141,51</b>	<b>7.047,17</b>	<b>28.188,68</b>	<b>2.632,24</b>	<b>2.255,09</b>	<b>38,47</b>	<b>33.114,48</b>	<b>30</b>	<b>58.043,79</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

As férias são de direito do trabalhador, efetivamente são recebidas ao completar 12 meses de trabalho, entretanto mensalmente há o registro dos valores proporcionais aos meses trabalhados, definidos como provisão. A contabilização da

provisão e dos encargos ocorre com o débito em conta de resultado (Férias e Encargos Sociais) e crédito no Passivo Circulante (Provisão de Férias).

Na mesma linha a partir de 15 dias de trabalho fechados em um mês o funcionário tem o direito de receber o 13º salário. Este é pago em duas parcelas sendo a primeira até o dia 30 de novembro e a segunda até dia 20 de dezembro. Na provisão contabiliza-se um débito em conta de resultado (13º Salário e Encargos Sociais) e um crédito correspondente no Passivo Circulante (Provisão de 13º salário). Os adiantamentos são registrados em conta específica, sendo debitado Adiantamento de 13º Salário e creditado Caixas e Bancos, ambos no Ativo Circulante.

Conforme cálculos para Provisão de Férias e Décimo Terceiro Salário o valor a ser reconhecido é de R\$ 4.506,94 e R\$ 3.593,98, respectivamente.

#### 4.6.4 Despesas com Alimentação

Por meio dos cardápios constantes em anexo, pode-se orçar os gastos estimados com a alimentação das crianças e dos funcionários. Serão disponibilizadas 5 (cinco) refeições por dia. Estimou-se um custo por criança e posteriormente tornou-se possível verificar o montante dos gastos por sala de atividade mensal e anual. Como demonstra a tabela a seguir.

Tabela 7 - Despesas com alimentação crianças

Despesas Com Alimentação Crianças – CEI Luz (continua)					
Sala de Atividade	Refeição				
	Início da Manhã	Intervalo da Manhã	Almoço	Intervalo da Tarde	Jantar
Berçário	0,35	0,35	0,55	0,40	0,50
Infantil I (1 - 2 anos)	0,55	0,45	0,65	0,45	0,70
Infantil II (2 - 3 anos)	0,55	0,45	0,65	0,45	0,70
Infantil III (3 - 4 anos)	0,55	0,45	0,65	0,45	0,70
Infantil IV (4 - 5 anos)	0,55	0,45	0,65	0,45	0,70
Infantil V (5 - 6 anos)	0,55	0,45	0,65	0,45	0,70
<b>TOTAL</b>	<b>3,10</b>	<b>2,60</b>	<b>3,80</b>	<b>2,65</b>	<b>4,00</b>

Despesas Com Alimentação Crianças – CEI Luz (conclusão)					
Sala de Atividade	Custos				
	Custo por Criança	Quantidade	Custo Total Dia	Custo Total Mês	Custo Total Ano
Berçário	2,15	12	25,80	516,00	6.192,00
Infantil I (1 - 2 anos)	2,80	16	44,80	896,00	10.752,00
Infantil II (2 - 3 anos)	2,80	16	44,80	896,00	10.752,00
Infantil III (3 - 4 anos)	2,80	16	44,80	896,00	10.752,00
Infantil IV (4 - 5 anos)	2,80	16	44,80	896,00	10.752,00
Infantil V (5 - 6 anos)	2,80	16	44,80	896,00	10.752,00
<b>TOTAL</b>	<b>16,15</b>	<b>92</b>	<b>249,80</b>	<b>4.996,00</b>	<b>59.952,00</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Verifica-se a projeção do custo mensal de R\$ 4.996,00 e R\$ 59.952,00 anual com a merenda escolar. A alimentação regrada, provida dos nutrientes que as crianças necessitam de acordo com a sua faixa etária, auxilia no crescimento e no desenvolvimento infantil. A organização disponibilizará também refeições para os funcionários, como forma de benefício. Os custos projetados estão dispostos na tabela a seguir.

Tabela 8 - Despesas com alimentação funcionários

Despesas Com Alimentação Funcionários – CEI Ser Luz (continua)					
Departamento	Refeição				
	Início da Manhã	Intervalo da Manhã	Almoço	Intervalo da Tarde	Jantar
Cozinha	0,60	0,55	0,85	0,50	0,80
Manutenção e Limpeza	0,60	0,55	0,85	0,50	0,80
Desenvolvimento Infantil	0,60	0,55	0,85	0,50	0,80
Secretaria	0,60	0,55	0,85	0,50	0,80
<b>TOTAL</b>	<b>2,40</b>	<b>2,20</b>	<b>3,40</b>	<b>2,00</b>	<b>3,20</b>

Despesas Com Alimentação Funcionários – CEI Ser Luz (conclusão)					
Departamento	Custos				
	Custo por Funcionário	Quantidade	Custo Total Dia	Custo Total Mês	Custo Total Ano
Cozinha	3,30	3	9,90	198,00	2.376,00
Manutenção e Limpeza	3,30	3	9,90	198,00	2.376,00
Desenvolvimento Infantil	3,30	18	59,40	1.188,00	14.256,00
Secretaria	3,30	6	19,80	396,00	4.752,00
<b>TOTAL</b>	<b>13,20</b>	<b>30</b>	<b>99,00</b>	<b>1.980,00</b>	<b>23.760,00</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Os gastos referentes à alimentação dos colaboradores representam o montante de R\$ 1.980,00 por mês e R\$ 23.760,00 por ano. Visto isso, os custos de

alimentação a serem contabilizados na conta de Resultado Despesas com Alimentação é R\$ 6.976,00 mensal e R\$ 83.712,00 anual.

#### 4.6.5 Despesas com Depreciação

A Depreciação é o encargo decorrente de desgaste dos bens alocados no Ativo Imobilizado. A taxa anual varia de acordo com a funcionalidade e a vida útil, sendo o limite máximo de depreciação o valor do próprio bem. O registro contábil se faz através de um débito em conta de Resultado (Depreciações) e crédito em contrapartida no Ativo Imobilizado (Depreciação Acumulada). O cálculo de depreciação dos bens do CEI Ser Luz pode ser conferido pela tabela a seguir.

Tabela 9 - Depreciação bens ativo imobilizado

<b>Depreciação Ativo Imobilizado</b>				
<b>Premissas</b>	<b>Valor</b>	<b>Taxa Anual</b>	<b>Anual</b>	<b>Mensal</b>
Terreno	30.000,00	-		
Edificações	319.967,22	4%	12.798,69	1.051,95
Instalações	64.100,00	10%	6.410,00	526,85
Móveis e Utensílios	150.000,00	10%	15.000,00	1.232,88
Máquinas e Equipamentos	20.000,00	10%	2.000,00	164,38
Computadores e Periféricos	6.500,00	20%	1.300,00	106,85
<b>TOTAL</b>	<b>590.567,22</b>	<b>-</b>	<b>37.508,69</b>	<b>3.082,91</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Os valores demonstrados na tabela serão alocados na conta do Imobilizado. O valor do terreno foi estipulado conforme o valor venal avaliado pela prefeitura. A edificação e instalação tomou por base o orçamento de construção do imóvel. O valor referente a móveis e utensílios, máquinas e equipamentos e computadores e periféricos foram definidos conforme demanda a necessidade do centro educacional.

#### 4.6.6 Demonstração Resultado do Exercício

Com as premissas de custos devidamente orçadas, tornou-se possível construir a demonstração do resultado do período para o primeiro mês de atividade

do CEI Ser Luz. Por meio do demonstrativo, pode-se calcular o valor mínimo que a organização necessita levantar de doações.

Figura 8- Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos

<b>Demonstração dos Resultados dos Exercícios Findos</b>		
<b>Centro Educacional Infantil Ser Luz</b>		
	<b>Mensal</b>	<b>Anual</b>
<b>Receitas - Educação</b>	<b>1.840,00</b>	<b>22.080,00</b>
<b>Receitas Operacionais - Educação</b>	1.840,00	22.080,00
Mensalidades - Infantil	1.840,00	22.080,00
Matrículas - Infantil	-	-
<b>Outras Receitas - Educação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Doações/Campanha	-	-
Outras Receitas	-	-
<b>Custos - Educação</b>	<b>(76.877,59)</b>	<b>(883.877,58)</b>
Pessoal Próprio	(43.127,76)	(474.405,34)
Provisão de Férias	(4.506,94)	(58.043,79)
Provisão de 13º Salário	(3.593,98)	(43.127,76)
Serviços de Terceiros	(1.200,00)	(14.400,00)
Água, Luz e Telefone	(10.000,00)	(120.000,00)
Material de Uso e Consumo	(790,00)	(9.480,00)
Material de Expediente	(3.400,00)	(40.800,00)
Manutenção e Reparos	(200,00)	(2.400,00)
Despesas com Alimentação	(6.976,00)	(83.712,00)
Depreciação/ Amortizações	(3.082,91)	(37.508,69)
<b>(=) Total de Custos</b>	<b>(76.877,59)</b>	<b>(883.877,58)</b>
<b>(=) Superávit / Déficit Bruto</b>	<b>(75.037,59)</b>	<b>(861.797,58)</b>
<b>Despesas Gerais - Educação</b>	<b>(3.270,35)</b>	<b>(39.244,20)</b>
Despesas Administrativas	(300,00)	(3.600,00)
Impostos Taxas e Contribuições	(2.970,35)	(35.644,20)
<b>(=) Total Despesas Gerais</b>	<b>(3.270,35)</b>	<b>(39.244,20)</b>
<b>(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquida</b>	<b>(78.307,94)</b>	<b>(901.041,78)</b>
<b>(+/-) Receitas/Despesas Financeiras Líquidas</b>	<b>(250,92)</b>	<b>(3.011,04)</b>
Receitas Financeiras	-	-
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(250,92)</b>	<b>(3.011,04)</b>
Despesas Bancárias	(250,92)	(3.011,04)
<b>(=) Resultado Financeiro</b>	<b>(78.558,86)</b>	<b>(904.052,82)</b>
<b>(=) Superávit / Déficit do Exercício</b>	<b>(78.558,86)</b>	<b>(904.052,82)</b>
Margem de Segurança (5% dos custos totais)	(3.927,94)	(45.202,64)
<b>Valor Mensal Doação</b>	<b>82.486,80</b>	<b>949.255,46</b>

Fonte: Elaborada pela autora, 2015.

Levando em consideração os gastos para manutenção das atividades no período mensal, obteve-se o valor aproximado de R\$ 78.558,86. Sob este, aplicou-se a margem de segurança de 5%, conferindo assim o valor total de R\$ 82.486,80 sendo este o valor mínimo de recursos a serem angariados.

Conforme visualizado no demonstrativo, a organização apresenta Déficit, visto que os valores de Receita com Doação não foram alocados na DRE. O valor constante na conta de Mensalidades - Infantil representa um valor simbólico de R\$ 20,00 que será cobrado por criança, visando a conscientização e valorização do serviço que será prestado à comunidade.

Por meio da DRE têm-se uma visão geral de todos os gastos levantados nas premissas de custos. Visualiza-se que a despesa de maior reflexo é a Despesa com Pessoal, da qual abrange a folha mensal e suas provisões, representando 67% dos custos gerais mensais.

Em seguida, as despesas administrativas com água, telefone e luz comprometem 13% dos gastos e as despesas com alimentação 9%, considerando que a alimentação orçada é para beneficiar as crianças e os funcionários.

A conta Serviços de Terceiros, refere-se a honorários de serviços contábeis e representa um gasto anual de R\$ 14.400,00.

Visto isso, verifica-se que a organização necessitará do valor de aproximadamente R\$ 600.000,00 para o investimento inicial, caracterizando-se como doações patrimoniais e o valor de R\$ 82.500,00 de doações de custeio mensais para o fomento de suas atividades.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de um país não deve apenas ser mensurado pelo nível de seu crescimento econômico, uma vez que, é o conjunto de fatores que determinam a posição deste. Entretanto, ainda na atualidade, encontra-se um alto nível de desigualdade no Brasil e no mundo. Visando erradicar esse problema, as organizações que compõe o Terceiro Setor buscam auxiliar o Governo em suas ineficiências, garantindo o direito e bem comum a todos.

O Terceiro setor é composto por organizações que não objetivam o lucro. Essas possuem natureza privada com finalidade pública, trabalhando em conjunto com os demais setores da sociedade, a fim de suprir as necessidades que estes não alcançam.

Embora haja um misto de terminologias para as diversas organizações que compõe a estrutura do Terceiro Setor, todas elas caracterizam-se pelo mesmo objetivo, o de prestar auxílio a sociedade. Dessa forma, o Estado concede benefícios fiscais a essas organizações, definidas como não governamentais, bem como, as empresas de natureza e finalidade privada que acreditam na importância de apoiar esse setor.

Como toda empresa, estas organizações necessitam controlar o registro de suas atividades, garantindo a apresentação de informações claras e coerentes com a realidade. Por meio desse estudo, fundamentou-se e trouxe a evidência o papel da contabilidade na estruturação dessas organizações, a fim de prestar contas e angariar recursos para o fomento de suas atividades. Para tanto, abordou-se a implantação de um Centro Educacional Infantil em uma região de risco na cidade de Criciúma/SC.

Com uma realidade conflitante, os moradores do bairro Renascer vivem à margem da sociedade, em um local de evidente indigência, estampada na falta de infraestrutura, no alto índice de criminalidade e no risco de vulnerabilidade social. A fim de gerar um grande impacto, o Centro Educacional Infantil Ser Luz buscará alcançar as crianças através da educação, cultura e boas práticas, promovendo o desenvolvimento biopsicossocial através dos subsídios educacionais, bem como, condições de mudanças na perspectiva do público alvo atendido, tornando estes agentes influenciadores de transformação.

Para tanto, levantou-se os gastos necessários para execução das atividades no CEI. Esses foram orçados por meio de premissas de custos, das quais delimitaram os valores a serem empregados desde o investimento em Edificação, Instalações, Aquisição de Imobilizado, até as Despesas Administrativas como Alimentação, Água, Luz, Despesas com Pessoal, Encargos, Depreciação. Abordando os mais diversos custos referentes ao cumprimento das atividades.

Com o registro das projeções, pode-se elaborar a Demonstração do Resultado, da qual evidenciou o valor que a organização necessita angariar de recursos, sejam eles por meio de doações, subvenções ou patrocínios. Sendo assim, visualizou-se de forma precisa e detalhada as informações registradas.

Conforme fundamentado no estudo, a contabilidade das organizações que compõe o Terceiro Setor possui um tratamento diferenciado, devido aos benefícios fiscais conferidos a essas. O registro contábil deve conter dados precisos e de entendimento para apreciação dos investidores e partes interessadas, assegurando a perpetuidade da organização e credibilidade perante a sociedade.



## REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2004.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do** (1998). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acessado em: 12 de Abril de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 6.170 de 25 de Julho de 2007. **Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm)> Acessado em: 25 de Abril de 2015.

BRASIL. Decreto nº. 8.244, de 23 de Maio de 2014. **Altera o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, que dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8244.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8244.htm)> Acessado em: 10 de Abril de 2015.

BRASIL. Lei n.º 5.712 de 25 de Outubro de 1966. **Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.** Disponível em: <[http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91647/codigo-tributario-nacional-lei-5172-66#par-4\\_art-150](http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91647/codigo-tributario-nacional-lei-5172-66#par-4_art-150)> Acessado em: 10 de Abril de 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.295 de 27 de Maio de 1946. **Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del9295.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del9295.htm)> Acessado em: 06 de Maio de 2015.

BRASIL, Lei nº. 9.532 de 10 de Dezembro de 1997. **Altera a legislação tributária federal e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9532.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9532.htm)> Acessado em: 03 de novembro de 2014.

BRASIL, Lei nº. 9.790 de 23 de Março de 1999. **Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9790.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9790.htm)> Acessado em: 03 de novembro de 2014.

BRASIL, Lei nº. 13.019 de 31 de Julho de 2014. **Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias. Altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm)> Acessado em: 03 de novembro de 2014.

CKAGNAZAROFF , Ivan Beck ; SOUZA, Maria Tereza Costa Guimarães. **Relação entre ONG e o Estado:** Um estudo de parceria. Disponível em: <http://revistagt.fpl.edu.br/get/article/view/126/120>Acesso em: 03 nov. 2014

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de Procedimentos Contábeis para Fundações e Entidades de Interesse Social.** Brasília: CFC, 2003.

**Empreendimentos sociais sustentáveis:** como elaborar planos de negócio para organizações sociais. / Ashoka Empreendedores Sociais e McKinsey & Company, Inc. São Paulo: Peirópolis, 2001.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas em pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. **Entidades beneficentes de assistência Social:** contabilidade, obrigações, acessórias e principais. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009. 177 p.

OLIVEIRA, Aristeu; Romão, Valdo. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: Trabalhista, Previdenciária, Contábil e Fiscal.** São Paulo: Atlas, 2006.

RODRIGUES, Maria Cecília Prates. ***Demandas sociais versus crise de financiamento:*** o papel do terceiro setor no Brasil. RAP – *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v.32, nº 5, p.25-67, set./out. 1998.

SILVA. Luis Felipe Pedi. **Contabilidade do terceiro setor: um mercado amplo e diversificado.** Disponível em: <http://www.contabeis.com.br/artigos/1739/contabilidade-do-terceiro-setor-um-mercado-amplo-e-diversificado/>> Acesso em: 31 Maio 2015

SINDUSCON. **Variação do CUB Residencia.** Disponível em: <http://sindusconpolis.org.br/index.asp?dep=56&nomeDep=residencial>> Acesso em: 10 jun. 2015.

SOUZA, Herbert de. **“As ONGs na década de 90”.** In VÁRIOS. I Encontro Internacional de ONGs e o Sistema de Agências das Nações Unidas. Rio de Janeiro, IBASE-PNUD, 1991.

SOUZA, Leandro Martins. **Tributação do terceiro setor no Brasil.** São Paulo: Dialética, 2004.

SZAZI, Eduardo. **Terceiro setor – Regulação no Brasil.** 4 ed. São Paulo: Peirópolis, 2006.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não governamentais e terceiro setor:** criação de ONGs e estratégias de atuação. São Paulo: Atlas, 2002.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

ZANLUCA, Julio Cesar. **Manual de Contabilidade do Terceiro Setor**. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br> Acesso em: 02 nov. 2014.  
Disponível em: ><http://sinduscon-fpolis.org.br/> < Acesso em: 10 jun. 2015

## **ANEXOS**

## ANEXO A – Infraestructura Centro Educacional Ser Luz



## ANEXO B – Orientações para alimentação das crianças após os 6 meses

- **Refeições:** são oferecidas conforme a idade da criança.

	Após completar 6 meses	Após completar 7 meses	Após 10 a 12 meses
Início da manhã	Leite	Leite	Leite, pão simples ou biscoito
Intervalo da manhã	Papa de fruta	Papa de fruta	Fruta
Almoço	Papa salgada	Papa salgada	Papa salgada ou refeição básica da família
Intervalo da tarde	Papa de fruta	Papa de fruta	Fruta Leite, pão simples ou biscoito
Jantar	Leite	Papa salgada	Papa salgada ou refeição básica da família
Noite	Leite	Leite	Leite

OBS.: De 5 a 6 meses já se pode oferecer a papa de fruta.

- **Alimentos:** a introdução de alimentos deve ser gradual e as preparações tem que ser simples.
- **Consistência:** 6 a 8 meses - alimentos bem cozidos e amassados (pastosa), 8 a 11 meses - alimentos devem ser macios, mal-amassados, com pedacinhos (semi-sólida), 11 a 12 meses - parecida com a alimentação da família.  
 IMPORTANTE: não liquidificar, nem peneirar, evitar usar mamadeira, preferir colher, copo.
- **Recusa:** é normal de acontecer. Se a criança recusar um alimento, ofereça novamente em outras refeições.
- **Evitar no 1º ano:** leite de vaca, clara de ovo (oferecer somente a partir dos 10 meses), mel, frutos do mar, carne de porco, amendoim, café, refrigerantes, alimentos industrializados, açúcar, doces, sucos industrializados, frituras.

### CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES

Para crianças de 6 meses, pode-se oferecer somente o caldo da carne/frango e aos 7 meses iniciar a oferecer a carne/frango bem desfiado e a papa salgada do final da tarde.

A partir dos 10 meses oferecer alimentação parecida com a da família, conforme aceitação da criança.

## ANEXO C – Cardápio crianças 6 a 10 meses (berçário)

	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>
<b>SEMANA 1</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
<b>Final da manhã</b>	Massa aletria, frango desfiado, chuchu amassado	Purê de batata, caldo de feijão, carne moida, cenoura amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, tomate sem semente bem picadinho	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, moranga amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, beterraba amassada
<b>Final da tarde</b>	Arroz branco c/ caldo de feijão	Sopa de legumes c/ massa aletria e carne moida, pouco caldo	Carreteiro, bem cozido	Suco de laranja (sem açúcar) Biscoito simples	Canja, pouco caldo
<b>SEMANA 2</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
<b>Final da manhã</b>	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, somente gema bem cozida, chuchu amassado	Polenta bem mole, frango desfiado, couve refogada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne moida, moranga amassada	Purê de aipim, caldo de feijão, cenoura amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, abobrinha bem cozida e amassada
<b>Final da tarde</b>	Canja, pouco caldo	Risoto, bem cozido	Sopa de legumes c/ massa conchinha e carne moida, pouco caldo	Suco de abacaxi pérola, bem diluído (sem açúcar) Biscoito simples	Creme de moranga c/ frango desfiado
<b>SEMANA 3</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>Final da manhã</b>	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, purê de moranga	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, tomate sem semente bem picadinho	Massa aletria, carne desfiada, refogado de batata c/ couve picadinha	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne moida, legumes (cenoura e chuchu) amassados	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, beterraba amassada
<b>Final da tarde</b>	Suco de laranja (sem açúcar) Pão de massa mole	Risoto, bem cozido	Arroz branco c/ caldo de feijão	Sopa de legumes c/ massa aletria e carne moida, pouco caldo	Canja, pouco caldo
<b>SEMANA 4</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>
<b>Final da manhã</b>	Polenta bem mole, carne moida, tomate sem semente bem picadinho	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, beterraba amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, moranga amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, cenoura amassada	Purê de batata, caldo de feijão, carne desfiada, chuchu amassado
<b>Final da tarde</b>	Creme de ervilha*	Arroz branco c/ caldo de feijão	Carreteiro, bem cozido	Suco de laranja (sem açúcar) Pão caseiro	Sopa de legumes c/ massa conchinha e carne moida, pouco caldo

\*CARDÁPIO SUJEITO A ALTERAÇÕES

Nutricionista Rosanele Pavan Salvaro CRN10 2226



## ANEXO D – Cardápio crianças 10 a 12 meses (berçário)

	<b>Segunda-feira</b>	<b>Terça-feira</b>	<b>Quarta-feira</b>	<b>Quinta-feira</b>	<b>Sexta-feira</b>
<b>SEMANA 1</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
<b>Final da manhã</b>	Massa aletria, frango desfiado, chuchu amassado	Purê de batata, caldo de feijão, carne moída, cenoura amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, tomate sem semente bem picadinho	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, moranga amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, beterraba amassada
<b>Meio da tarde</b>	Suco de manga	Leite individual	Fruta e biscoito simples e/ou leite individual	Frutas variadas	Fruta e biscoito simples e/ou leite individual
<b>Final da tarde</b>	Bolo de fubá	Pão de massa mole	Carreteiro	Suco de laranja (sem açúcar)	Canja
	Minestra	Sopa de legumes c/ massa aletria e carne moída		Biscoito simples	
<b>SEMANA 2</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
<b>Final da manhã</b>	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, somente gema bem cozida, chuchu amassado	Polenta bem mole, frango desfiado, couve refogada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne moída, moranga amassada	Purê de aipim, caldo de feijão, cenoura amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, abobrinha bem cozida e amassada
<b>Meio da tarde</b>	Fruta, rosquinha de milho c/ erva doce e/ou leite individual	Suco de manga e biscoito simples e/ou leite individual	Suco de mamão, pão caseiro, e/ou leite individual	Frutas variadas	Fruta e biscoito simples e/ou leite individual
<b>Final da tarde</b>	Canja	Risoto	Sopa de legumes c/ massa conchinha e carne moída	Suco de abacaxi pérola, bem diluído (sem açúcar)	Crema de moranga c/ frango desfiado
				Biscoito simples	
<b>SEMANA 3</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>Final da manhã</b>	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, purê de moranga	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, tomate sem semente bem picadinho	Massa aletria, carne desfiada, refogado de batata c/ couve picadinha	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne moída, legumes (cenoura e chuchu) amassados	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, beterraba amassada
<b>Meio da tarde</b>	Frutas variadas	Fruta, biscoito de maisena e/ou leite individual	Suco de abacaxi pérola, bem diluído (sem açúcar), biscoito simples e/ou leite individual	Fruta e biscoito simples e/ou leite individual	Fruta e biscoito simples e/ou leite individual
<b>Final da tarde</b>	Suco de laranja (sem açúcar)	Risoto	Minestra	Sopa de legumes c/ massa aletria e carne moída	Canja
	Pão de massa mole				
<b>SEMANA 4</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>
<b>Final da manhã</b>	Polenta bem mole, carne moída, tomate sem semente bem picadinho	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, beterraba amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, carne desfiada, moranga amassada	Arroz branco bem cozido, caldo de feijão, frango desfiado, cenoura amassada	Purê de batata, caldo de feijão, carne desfiada, chuchu amassado
<b>Meio da tarde</b>	Fruta e biscoito simples e/ou leite individual	Suco de manga, biscoito simples e/ou leite individual	Fruta, bolacha de trigo e/ou leite individual	Frutas variadas	Suco de laranja (sem açúcar), biscoito simples e/ou leite individual
<b>Final da tarde</b>	Crema de ervilha*	Minestra	Carreteiro	Suco de laranja (sem açúcar)	Sopa de legumes c/ massa conchinha e carne moída
				Pão caseiro	

\*CARDÁPIO SUJEITO A ALTERAÇÕES

Nutricionista Rosangele Pavan Salvaro CRN10 2226



## ANEXO E – Estrutura das refeições do berçário

<b>Estrutura das Refeições do BERÇÁRIO:</b>	
<b>Refeições</b>	<b>Crianças 6 a 10 meses</b>
<b>Início da manhã</b>	Leite individual
<b>Meio da manhã</b>	Papa de fruta + leite individual
<b>Final da manhã</b>	Papa salgada (conforme cardápio)
<b>Meio da tarde</b>	Papa de fruta + leite individual
<b>Final da tarde</b>	Papa salgada (conforme cardápio) e/ou leite individual

<b>Estrutura das Refeições do BERÇÁRIO:</b>	
<b>Refeições</b>	<b>Crianças 10 a 12 meses</b>
<b>Início da manhã</b>	Leite individual, biscoito simples
<b>Meio da manhã</b>	Fruta
<b>Final da manhã</b>	Refeição salgada na consistência adequada
<b>Meio da tarde</b>	Suco de fruta ou fruta + biscoito ou pão/bolo caseiro e/ou leite individual
<b>Final da tarde</b>	Refeição salgada na consistência adequada

## ANEXO F - Cardápio crianças de 1 a 6 anos

Café Da Manhã\* café com leite + biscoito e/ou fruta

	Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
<b>SEMANA 1</b>	<b>02</b>	<b>03</b>	<b>04</b>	<b>05</b>	<b>06</b>
<b>Almoço</b>	Macarrão parafuso Frango ensopado Chuchu sauté Beterraba ralada	Arroz/ Feijão Carne moída c/ molho Purê de batata c/ tempero verde Alface Cenoura cozida em rodela	Arroz/ Feijão Bife c/ molho ferrugem Brócolis cozido Tomate fatiado	Arroz/ Feijão Coxinha assada Moranga cozida  Frutas variadas	Arroz/ Feijão Carne de panela Farofa de ovo Repolho fatiado
<b>Meio da Tarde</b>	Suco de manga Bolo de fuba	Iogurte Pão de massa mole c/ margarina	Leite c/ achocolatado Biscoito de aveia c/ passas		Café c/ leite Bolo de cenoura
<b>Final da Tarde</b>	Minestra	Sopa de legumes c/ massa aletria e carne moída	Carreteiro	Suco de laranja Esfirra de carne moída	Canja
<b>SEMANA 2</b>	<b>09</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
<b>Almoço</b>	Arroz/ Feijão Legumes c/ ovos Alface	Polenta Peito frango ensopado Couve folha fatiada c/ repolho ralado	Arroz/ Feijão Carne moída Nhoque de moranga Couve flor cozida	Arroz/ Feijão Carne de panela desfiada Purê de aipim Cenoura ralada	Arroz/ Feijão Filé frango grelhado Abobrinha gratinada Vinagrete*
<b>Meio da Tarde</b>	Cappuccino Rosquinha de milho c/ erva doce	Suco de manga Toalha felpuda	Vitamina de mamão Pão caseiro c/ doce fruta	Frutas variadas	Leite c/ achocolatado Bolo de laranja
<b>Final da Tarde</b>	Canja	Risoto	Sopa de legumes c/ massa conchinha e carne moída	Suco de abacaxi Cachorro quente	Crema de moranga c/ frango desfiado
<b>SEMANA 3</b>	<b>16</b>	<b>17</b>	<b>18</b>	<b>19</b>	<b>20</b>
<b>Almoço</b>	Arroz/ Feijão Carne assada Purê de moranga Radiche branca	Arroz/ Feijão Coxinha ensopada Torta de tomate* Alface	Espaguete c/ pedaços de carne e ervilha Refogado de batata c/ couve picadinha Tomate	Arroz/ Feijão Almondéga assada Legumes (cenoura, chuchu e brócolis) refogados Alface	Arroz/ Feijão Frango grelhado c/ vagem Crema de milho Beterraba ralada
<b>Meio da Tarde</b>	Frutas variadas	Café c/ leite Biscoito de maisena	Suco de abacaxi Tortinha de atum	Vitamina de banana Bolo mesclado	Iogurte Bolo de limão c/ cobertura
<b>Final da Tarde</b>	Suco de laranja Pão de massa mole c/ margarina	Risoto	Minestra	Sopa de legumes c/ massa aletria e carne moída	Canja
<b>SEMANA 4</b>	<b>23</b>	<b>24</b>	<b>25</b>	<b>26</b>	<b>27</b>
<b>Almoço</b>	Polenta Carne moída ensopada Alface Tomate c/ cebola fininha	Arroz/ Feijão Coxinha brasileira Beterraba cozida	Arroz/ Feijão Carne de panela Moranga caramelada Brócolis cozido	Arroz/ Feijão Frango desfiado c/ molho Farofa de cenoura Almeirão/radiche branca (não amarga)	Arroz/ Feijão Bife bovino em tirinhas Batata sauté Repolho verde e roxo
<b>Meio da Tarde</b>	Vitamina de maçã Pão de queijo	Suco de manga Bolo de beterraba*	Café c/ leite Bolacha de trigo	Frutas variadas	Suco de laranja Enroladinho de salsicha
<b>Final da Tarde</b>	Crema de ervilha*	Minestra	Carreteiro	Leite c/ achocolatado Pão caseiro c/ doce de leite	Sopa de legumes c/ massa conchinha e carne moída

\*CARDÁPIO SUJEITO A ALTERAÇÕES

Nutricionista Rosanele Pavan Salvaro CRN10 2226

## ANEXO G – Cotação de preços material de Expediente

COTAÇÃO DE PREÇOS MATERIAL DE EXPEDIENTE			Fornecedor W		Fornecedor Y		Fornecedor X		Fornecedor Z	
Quantidade	Unidade	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	Valor	Valor Total	Valor	Valor Total	Valor	Valor Total	Valor	Valor Total
20	UN.	BORRACHA Com capinha Max print	R\$ 1,05	R\$ 21,00	R\$ 0,88	R\$ 17,60	R\$ 1,05	R\$ 21,00	R\$ 0,50	R\$ 10,00
15	UN.	CALCULADORA 12 dígitos BRW + pilha	R\$ 9,80	R\$ 147,00	R\$ 13,60	R\$ 204,00	R\$ 11,65	R\$ 174,75	R\$ 11,50	R\$ 172,50
30	UN.	CANETA BIC	R\$ 0,66	R\$ 19,80	R\$ 0,75	R\$ 22,50	R\$ 0,79	R\$ 23,70	R\$ 0,85	R\$ 25,50
10	UN.	CANETA CORRETIVA 7 ml lenora	R\$ 6,42	R\$ 64,20	R\$ 11,15	R\$ 111,50	R\$ 4,68	R\$ 46,80	R\$ 2,60	R\$ 26,00
25	UN.	CANETA DESTACA TEXTO pilot , jocar	R\$ 0,80	R\$ 20,00	R\$ 2,35	R\$ 58,75	R\$ 0,86	R\$ 21,50	R\$ 2,25	R\$ 56,25
10	UN.	CANETA PARA QUADRO BRANCO pilot	R\$ 4,85	R\$ 48,50	R\$ 6,95	R\$ 69,50	R\$ 1,10	R\$ 11,00	R\$ 5,70	R\$ 57,00
10	UN.	CAPA PLASTICA PARA CD /DV Transparente e fina	R\$ 1,24	R\$ 12,40	R\$ 1,00	R\$ 10,00	R\$ 1,00	R\$ 10,00	R\$ 1,50	R\$ 15,00
10	UN.	CD VIRGEM maxprint	R\$ 0,61	R\$ 6,10	R\$ 0,98	R\$ 9,80	R\$ 0,68	R\$ 6,80	R\$ 0,80	R\$ 8,00
2	CX	CLIPS N.0 clips news	R\$ 5,08	R\$ 10,16	R\$ 5,45	R\$ 10,90	R\$ 5,26	R\$ 10,52	R\$ 6,20	R\$ 12,40
2	CX	CLIPS N2 2/0 clips news	R\$ 5,08	R\$ 10,16	R\$ 5,10	R\$ 10,20	R\$ 6,09	R\$ 12,18	R\$ 6,20	R\$ 12,40
2	CX	CLIPS N3 3/0 clips news	R\$ 5,08	R\$ 10,16	R\$ 5,10	R\$ 10,20	R\$ 5,80	R\$ 11,60	R\$ 6,20	R\$ 12,40
2	CX	CLIPS N8 8/0 clips news =	R\$ 5,08	R\$ 10,16	R\$ 5,10	R\$ 10,20	R\$ 5,88	R\$ 11,76	R\$ 6,20	R\$ 12,40
15	UN.	COLA BASTAO 10GR print , bic , faber	R\$ 4,60	R\$ 69,00	R\$ 3,90	R\$ 58,50	R\$ 0,73	R\$ 10,95	R\$ 2,90	R\$ 43,50
1	CX	ENVELOPE GRANDE - Tamanho 240x340mm kraft	R\$ 16,90	R\$ 16,90	R\$ 37,50	R\$ 37,50	R\$ 40,00	R\$ 40,00	R\$ 32,50	R\$ 32,50
1	CX	ENVELOPE MEDIO kraft	R\$ 12,30	R\$ 12,30	R\$ 20,00	R\$ 20,00	R\$ 27,50	R\$ 27,50	R\$ 20,00	R\$ 20,00
1	CX	ENVELOPE PEQUENO kraft	R\$ 9,30	R\$ 9,30	R\$ 12,50	R\$ 12,50	R\$ 22,50	R\$ 22,50	R\$ 15,00	R\$ 15,00
1	CX	ESTILETE metalico 18mm worker	R\$ 8,25	R\$ 8,25	R\$ 7,20	R\$ 7,20	R\$ 1,13	R\$ 1,13	R\$ 1,10	R\$ 1,10
2	CX	ETIQUETA A-4 Tamanho 33,9x101,6mm 14 etiquetas por folha	R\$ 11,00	R\$ 22,00	R\$ 8,75	R\$ 17,50	R\$ 47,85	R\$ 95,70	R\$ 18,84	R\$ 37,68
15	RL	FITA ADESIVA TRANSP. 45X100	R\$ 5,20	R\$ 78,00	R\$ 4,95	R\$ 74,25	R\$ 3,95	R\$ 59,25	R\$ 4,70	R\$ 70,50
5	CX	GRAFITE LAPISEIRA 0,7 faber castell	R\$ 1,50	R\$ 7,50	R\$ 2,30	R\$ 11,50	R\$ 0,56	R\$ 2,80	R\$ 3,90	R\$ 19,50
2	UN.	GRAMPEADOR P/ 20 folhas. Yes	R\$ 6,75	R\$ 13,50	R\$ 5,65	R\$ 11,30	R\$ 5,19	R\$ 10,38	R\$ 7,80	R\$ 15,60
5	CX	GRAMPO triho de metal com 50 unid. Maripel galv.	R\$ 5,70	R\$ 28,50	R\$ 6,70	R\$ 33,50	R\$ 5,39	R\$ 26,95	R\$ 5,80	R\$ 29,00
15	UN.	LAPISEIRA 0,5 precision yes	R\$ 3,20	R\$ 48,00	R\$ 4,35	R\$ 65,25	R\$ 2,55	R\$ 38,25	R\$ 2,70	R\$ 40,50
15	UN.	LAPISEIRA 0,7 precision yes	R\$ 3,25	R\$ 48,75	R\$ 3,25	R\$ 48,75	R\$ 2,73	R\$ 40,95	R\$ 2,70	R\$ 40,50
3	RESMA	PAPEL A-3	R\$ 29,60	R\$ 88,80	R\$ 34,00	R\$ 102,00	R\$ 30,78	R\$ 92,34	R\$ 35,00	R\$ 105,00
100	RESMA	PAPEL A-4	R\$ 12,50	R\$ 1.250,00	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00	R\$ 11,37	R\$ 1.137,00	R\$ 11,90	R\$ 1.190,00
2	CX	PERCEVEJO brw		R\$ 0,00	R\$ 1,75	R\$ 3,50	R\$ 1,02	R\$ 2,04	R\$ 1,25	R\$ 2,50
2	PC	PERFURADOR DE 20 FLS	R\$ 12,20	R\$ 24,40	R\$ 7,55	R\$ 15,10	R\$ 11,53	R\$ 23,06	R\$ 9,25	R\$ 18,50
3	PC	PORTA CANETA trio clips lapis e lembrete fume	R\$ 8,60	R\$ 25,80	R\$ 11,00	R\$ 33,00	R\$ 6,59	R\$ 19,77	R\$ 6,40	R\$ 19,20
12	UN.	POST-IT C/4 UN colorida stick note pad	R\$ 1,50	R\$ 18,00	R\$ 1,49	R\$ 17,88	R\$ 5,22	R\$ 62,64	R\$ 2,00	R\$ 24,00
3	UN.	REGUA ALUMINIO de 30 cm acrilica transparente	R\$ 1,25	R\$ 3,75	R\$ 3,27	R\$ 9,81	R\$ 3,27	R\$ 9,81	R\$ 1,95	R\$ 5,85
40	CX	LÁPIS DE COR slim redondo com 24 unid.	R\$ 14,90	R\$ 596,00	R\$ 15,15	R\$ 606,00	R\$ 13,25	R\$ 530,00	R\$ 14,40	R\$ 576,00
40	CX	GIZ DE CERA jumbo 12 cores tris	R\$ 9,89	R\$ 395,60	R\$ 9,92	R\$ 396,80	R\$ 9,88	R\$ 395,20	R\$ 9,95	R\$ 398,00
15	CX	ESTOJO GUACHE com 6 cores 15ml	R\$ 2,99	R\$ 44,85	R\$ 3,04	R\$ 45,60	R\$ 3,21	R\$ 48,15	R\$ 3,02	R\$ 45,30
2	PC	CARTOLINA 150g 50x66 diversas cores card Multiverde pt 100 unid	R\$ 36,20	R\$ 72,40	R\$ 37,30	R\$ 74,60	R\$ 38,90	R\$ 77,80	R\$ 36,98	R\$ 73,96
4	UN.	FOLHA EM EVA 600x400x2mm sortidos Spiral pt 10 unid.	R\$ 24,90	R\$ 99,60	R\$ 25,10	R\$ 100,40	R\$ 26,02	R\$ 104,08	R\$ 24,88	R\$ 99,52
6	UN.	PAPEL CREPOM sortidos 001 Spiral M cx 20 unid.	R\$ 9,80	R\$ 58,80	R\$ 37,30	R\$ 223,80	R\$ 38,90	R\$ 233,40	R\$ 36,98	R\$ 221,88
TOTAL			R\$ 298,03	R\$ 3.419,64	R\$ 374,13	R\$ 3.751,39	R\$ 404,86	R\$ 3.473,26	R\$ 362,40	R\$ 3.564,94

## ANEXO H – Orçamento Construção CEI Ser Luz

ORÇAMENTO CONSTRUÇÃO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL SER LUZ					
Etapas	Qntd.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total	% Corresp.
<b>1 - Serviços Iniciais</b>				<b>9.000,00</b>	<b>2,3%</b>
1.1 - Projeto Arquitetônico	1,00	vb	5.000,00	5.000,00	1,3%
1.2 - Projeto Estrutural	1,00	vb	2.000,00	2.000,00	0,5%
1.3 - Projeto Hidrosanitário e Preventivo	1,00	vb	1.200,00	1.200,00	0,3%
1.4 - Projeto Elétrico e Preventivo	1,00	vb	800,00	800,00	0,2%
<b>2 - Serviços Preliminares</b>				<b>24.980,00</b>	<b>6,5%</b>
2.1 - Sondagem a Percussão	1,00	vb	1.300,00	1.300,00	0,3%
2.2 - Tapume Madeira	150,00	m2	30,00	4.500,00	1,2%
2.3 - Depósito e Alojamento	30,00	m2	86,00	2.580,00	0,7%
2.4 - Instalação Provisória de Água	1,00	vb	1.000,00	1.000,00	0,3%
2.5 - Instalação Provisória de Luz	1,00	vb	2.000,00	2.000,00	0,5%
2.6 - Limpeza Permanente do Canteiro de Obra	1,00	vb	5.000,00	5.000,00	1,3%
2.7 - Aquisição de Ferramentas e Equipamentos	1,00	vb	2.800,00	2.800,00	0,7%
2.8 - Consumo de Água	1,00	vb	2.200,00	2.200,00	0,6%
2.9 - Consumo de Energia	1,00	vb	2.400,00	2.400,00	0,6%
2.10 - Drenagem	1,00	VB	1.200,00	1.200,00	0,3%
<b>3 - Infra Estrutura</b>				<b>10.000,00</b>	<b>2,6%</b>
3.1 - Estaqueamento	1,00	vb	10.000,00	10.000,00	2,6%
<b>4 - Supra Estrutura</b>				<b>22.194,12</b>	<b>5,8%</b>
4.1 - Lage	37,86	m3	533,00	20.179,38	5,3%
4.2 - Pilares	3,78	m3	533,00	2.014,74	0,5%
<b>5 - Paredes</b>				<b>14.097,60</b>	<b>3,7%</b>
5.1 - Alvenaria Tij. 8 Furos Espelho 11,5x19x19	680,72	m2	15,00	10.721,40	2,8%
5.2 - Verga de Concreto	1,14	m3	330,00	376,20	0,1%
5.3 - Muro misto / Gradil	1,00	vb	3.000,00	3.000,00	0,8%
<b>6 - Coberturas</b>				<b>15.704,00</b>	<b>4,1%</b>
6.1 - Cobertura Telha Fibrocimento 6mm	338,00	m2	30,00	11.154,00	2,9%
6.2 - Calhas	130,00	ml	35,00	4.550,00	1,2%
<b>7 - Impermeabilizações</b>				<b>4.150,00</b>	<b>1,1%</b>
7.1 - Impermeabilização com Manta Asfáltica	50,00	m2	83,00	4.150,00	1,1%
<b>8 - Esquadrias de MDF</b>				<b>6.533,00</b>	<b>1,7%</b>
8.1 - Kit porta pronta interna semioca 80x210	23	un	280,00	6.440,00	1,7%
<b>9 - Vidros</b>				<b>7.990,08</b>	<b>2,1%</b>
9.1 - Vidro Transparente	46,40	m2	164,00	7.990,08	2,1%
<b>10 - Revestimento</b>				<b>18.871,84</b>	<b>4,9%</b>
10.1 - Reboco Interno	1002,78	m2	2,90	3.053,47	0,8%
10.2 - Reboco Externo	358,67	m2	4,20	1.581,73	0,4%
10.3 - Chapisco Interno (Estrutura)	97,20	m2	2,50	255,15	0,1%
10.4 - Chapisco Externo	358,67	m2	1,50	564,90	0,1%
10.5 - Azulejo	150,80	m2	20,00	3.317,60	0,9%
10.6 - Forro Gesso	274,00	m2	24,00	6.576,00	1,7%

10.7 - Negativo Forro Gesso	271,00	ml	13,00	3.523,00	0,9%
<b>11 - Pisos e Pavimentação</b>				<b>15.679,44</b>	<b>4,1%</b>
11.1 - Contrapiso regularização laje	130,00	m2	15,00	2.047,50	0,5%
11.2 - Piso Cerâmico	388,00	m2	30,00	12.222,00	3,2%
11.3 - Rodapé Cerâmico	371,40	ml	2,00	779,94	0,2%
11.4 - Paver	12,00	m2	50,00	630,00	0,2%
<b>12 - Climatização</b>				<b>2.500,00</b>	<b>0,7%</b>
12.1 - Sistema de Instalação Infra Ar Condicionado	1,00	vb	2.500,00	2.500,00	0,7%
<b>13 - Instalações Hidrosanitárias</b>				<b>6.600,00</b>	<b>1,7%</b>
13.1 - Instalações Hidrosanitárias e Preventiva	1,00	vb	6.600,00	6.600,00	1,7%
<b>14 - Instalações Elétricas</b>				<b>15.000,00</b>	<b>3,9%</b>
14.1 - Instalações Elétricas e Preventiva	1,00	vb	15.000,00	15.000,00	3,9%
<b>15 - Pintura</b>				<b>5.767,14</b>	<b>1,5%</b>
15.1 - Pintura interna Sobre Massa Pva	1002,78	m2	1,10	1.103,06	0,3%
15.2 - Pintura interna Forro de Gesso	274,00	m2	1,10	301,40	0,1%
15.3 - Massa Pva	1002,78	m2	1,55	1.554,31	0,4%
15.4 - Pintura Externa (Textura)	358,67	m2	7,83	2.808,37	0,7%
<b>16 - Serviços Complementares</b>				<b>5.000,00</b>	<b>1,3%</b>
16.1 - Paisagismo	1,00	vb	5.000,00	5.000,00	1,3%
<b>17 - Despesas com Mão de Obra</b>				<b>200.000,00</b>	<b>52,1%</b>
17.1 - Salários e Ordenados	1,00	vb	200.000,00	200.000,00	52,1%
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>384.067,22</b>	